



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

Relatório de Desempenho de Metas

Plano de Logística Sustentável 2021

Justiça Federal de Minas Gerais

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

Diretor do Foro

Juíza Federal VÂNILA CARDOSO ANDRÉ DE MORAES

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal JOSÉ CARLOS MACHADO JÚNIOR

Diretor da Secretaria Administrativa – SECAD/SJMG

ORLANDO AMARAL PINTO

Comissão Gestora do PLS – SJMG

Portaria SJMG-Diref n. 684, de 28 de maio de 2021.

Juíza Federal

Carla Dumont Oliveira de Carvalho - Presidente

Diretora do Núcleo de Bem Estar Social

Renata Lúcia Pimenta

Diretor do Núcleo de Manutenção, Engenharia e Segurança

Geraldo Caixeta de Oliveira

Supervisora da Seção de Modernização Administrativa

Jacqueline Braga Pelucci

Responsável pelo Escritório de Gestão Socioambiental

Cíntia Amaral Lima

Supervisora da Seção de Compras e Licitação

Cristiane de Figueiredo Gomes

Supervisor da Seção de Administração de Material e Patrimônio

Renato Melo Mansur

Servidor do Serviço de Controle de Material de Consumo

Eduardo Nasário Carneiro

Supervisora da Seção de Contratos

Luciana Kroehling de Moura

Supervisora da Seção de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores

Angélica da Costa Pereira

Servidor do NUTEC

Heli Lopes Rios

Supervisora da Seção de Comunicação Social

Christianne Callado De Souza

SUMÁRIO

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021.	6
TEMA 1 – PAPEL.....	35
TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS.....	40
TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	43
TEMA 4 – IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER).....	45
TEMA 5 – TELEFONIA.....	55
TEMA 6 – ENERGIA ELÉTRICA	59
TEMA 7 – ÁGUA E ESGOTO.....	63
TEMA 8 – GESTÃO DE RESÍDUOS	66
TEMA 9 – REFORMAS.....	69
TEMA 10 – LIMPEZA	72
TEMA 11 – VIGILÂNCIA.....	76
TEMA 12 – VEÍCULOS.....	79
TEMA 13 – COMBUSTÍVEL.....	82
TEMA 14 – QUALIDADE DE VIDA.....	87
TEMA 15 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	96
ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

RESULTADO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



Indicadores	Metas		Resultado
Papel	Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.		Meta Alcançada
Copos Descartáveis	Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.		Meta Não Alcançada
Água Envasada	Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.		Meta Alcançada
Impressões	Manter o consumo de cartuchos de 2020 até 2022.		Meta Alcançada
Telefonia	Manter o gasto de 2020 até 2022		Meta Não Alcançada
Água e Esgoto	Não ultrapassar o consumo de 28.000 m3 ao ano.		Meta Alcançada
Gestão de Resíduos	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.		Meta Alcançada
Energia Elétrica	Não ultrapassar o consumo de 5.000 KW ao ano		Meta Alcançada
Contratos de Vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações. (ano referência 2020).		Meta Alcançada
Contratos de Limpeza	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).		Meta Alcançada
Reformas	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios 2021/2022 com reformas e mudanças de leiaute.		Meta Alcançada
Combustível	Não ultrapassar ao ano a média de quilometragem dos anos de 2019 e 2020 (160.000 km).		Meta Alcançada
Veículos	Não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 80.000,00)-		Meta Alcançada
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020).		Meta Não Alcançada
Capacitação	Promover ações de capacitação que sensibilizem 30 servidores ao ano até 31 de dezembro de 2022.		Meta Alcançada

SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO			
MENOR QUE 70%	DE 70% A 84%	DE 85% A 99%	MAIOR IGUAL A 100%

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021.

A Justiça Federal de Minas Gerais realizou diversas ações com a temática socioambiental no ano de 2021, reafirmando o compromisso da instituição em aprimorar cada vez mais os princípios e obrigações de responsabilidade social.

Dentre as principais iniciativas podemos citar:

1 - Inauguração da Sede 100% Sustentável em Patos de Minas

Sede 100% sustentável foi inaugurada oficialmente em Patos de Minas

A nova sede passará a se chamar Fórum Ministro Adhemar Ferreira Maciel





No dia 24 de novembro, foi realizada a solenidade de inauguração da nova sede da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG, que passou a se chamar Fórum Ministro Adhemar Ferreira Maciel. A construção da nova sede foi concluída em 2020, mas a inauguração precisou ser adiada em razão das restrições

sanitárias decorrentes da pandemia. A equipe de magistrados e servidores fez a mudança para o prédio, em dezembro de 2020.

Construída para ser um modelo de sustentabilidade, a edificação conta em sua estrutura com a geração de energia fotovoltaica, com o aproveitamento de água da chuva, iluminação em LED e climatização pelo sistema VRF (Fluxo de Gás Refrigerante Variável).

A construção dispõe também de um sistema avançado de segurança composto por alarmes, câmeras, acesso exclusivo aos magistrados e servidores, porta giratória com detector de metais e fechaduras eletrônicas. Tudo isso foi pensado com o objetivo de assegurar o patrimônio e, principalmente, de zelar pelas pessoas que circulam na Subseção.

A nova sede consolida a presença da Justiça Federal em Patos de Minas, que há 16 anos atende aos jurisdicionados de 19 municípios da região.

2- Inauguração do Laboratório de Inovação iLuminas

Em dezembro de 2018 o Presidente do Conselho Nacional de Justiça Ministro Dias Toffoli encaminhou ao Congresso Nacional anteprojeto de lei para a criação do Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS no Conselho Nacional de Justiça - LIODS, conforme PL 11.215/2018.

Em 13 de maio de 2019 no Plenário do Conselho Nacional de Justiça o Presidente Ministro Dias Toffoli anunciou a criação no Conselho Nacional de Justiça do Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS - LIODS, para promover a incorporação de Metas da ONU no Poder Judiciário Brasileiro.

Logo em seguida, foi publicado o Provimento CNJ n. 85, de 19 de agosto de 2019, que dispõe, em seu artigo 4º, sobre o incentivo para que os Tribunais criem e instalem Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como um movimento que une o conhecimento institucional, a inovação e a cooperação com o objetivo de se alcançar a paz, a justiça e a eficiência institucional.

Os Laboratórios de Inovação surgem da necessidade de criação de um espaço que propicie a inovação, com plena participação de magistrados, servidores e da sociedade, e que empregue metodologias de gestão que permitam a interação, colaboração e troca de conhecimentos, visando a proposição de soluções para os mais diversos desafios da administração pública.

Há que se mencionar, ainda, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 9 e 16 da Agenda Global 2030 definida pela Organização das Nações Unidas (ONU), os quais visam, dentre outros aspectos, fomentar a inovação e promover o acesso à justiça, com a participação da sociedade.

Os laboratórios de inovação permitem que a multidisciplinaridade seja utilizada para o entendimento de problemas complexos e para que sejam encontradas soluções, com foco no usuário, permitindo maior eficiência institucional. É um espaço especialmente criado para estimular a criatividade e estabelecer redes de conhecimento.

Seguem as matérias divulgadas na Intranet da SJMG:

Justiça Federal mineira inaugura o primeiro laboratório de inovação da 1ª Região – o IluMinas



No dia 19 de março, foi inaugurado o IluMinas – Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Minas Gerais (JFMG). O evento foi realizado em formato virtual, por meio da plataforma Teams, e transmitido ao vivo pelo canal da Justiça Federal no YouTube.



3- Central de Inteligência, Segurança e Transporte

O objetivo deste projeto foi criar uma Central de Inteligência, Segurança e Transportes estruturada, baseada no formato pensado durante oficina de inovação, realizada em setembro/2020, cujo protótipo foi devidamente aprovado pela DIREF, conforme instruído no PA SEI 0037980-47.2020.4.01.8008, visando ao atendimento das normas vigentes, estruturando e possibilitando o estabelecimento da segurança institucional e das demandas, utilizando a mão de obra dos agentes da Polícia Judicial de maneira a contribuir significativamente à melhoria e ao desenvolvimento das atividades nesta Justiça Federal. O projeto está em andamento e os policiais judiciais começaram o treinamento na PMMG.

Central de Policiamento Institucional, projetada no iluMinas, é apresentada para juízes federais

No dia 2 de julho, foi apresentado para juízes federais o projeto de criação da CEPOI (Central de Policiamento Institucional), que tem por finalidade executar ações de inteligência, segurança e transporte. O projeto, uma iniciativa inovadora da Justiça Federal mineira, foi desenvolvido no IluMinas (Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de Minas Gerais).



O Supervisor da SEVIT (Seção de Segurança, Vigilância e Transporte), Jamilton Antônio Bitencourt Guedes, e o agente de polícia judicial da JFMG, Kleber Robson da Silva, foram responsáveis pela apresentação do projeto. A mesma apresentação será feita para os demais juízes de forma escalonada.

Algumas das inovações da CEPOI, apontadas pelo Supervisor da SEVIT, são o suporte de plantão 24 horas e a criação do setor de inteligência, voltado para a produção de conhecimento e o trato de informações sensíveis. A iniciativa possibilitará um ganho estratégico para a instituição e permitirá o desempenho de atividades de inteligência e contrainteligência voltados para a salvaguarda de ativos institucionais e, em especial, para a proteção dos magistrados.



De acordo com Jamilton Bitencourt, a Central será estruturada em ações de Inteligência, Segurança e Transporte e os serviços estarão disponíveis a todos os magistrados da Justiça Federal, em Belo Horizonte.



Um dos participantes da reunião, o juiz federal da 3ª Vara, Ricardo Machado Rabelo, falou da relevância do tema. *"Acerta a Dra. Vânia, dinâmica Diretora do Foro, ao colocar na pauta da Seccional temas como segurança, inteligência e transporte. A SJMG precisa se modernizar, reestruturar espaços e redefinir atividades para viabilizar a instalação do TRF6"*, analisou.



Para o juiz federal da 9ª Vara Murilo Fernandes de Almeida, também presente à reunião, *"o projeto não tem como dar errado"*. O magistrado aprovou integralmente a proposta apresentada. *"A Dra. Vânia tem o meu total apoio"*, disse.

Segundo Murilo Fernandes o projeto representa uma inovação oportuna e adequada às necessidades da Justiça Federal. *"Quando se falou em serviço de inteligência, recordei do*

Júri de Unai e do quanto teria sido importante contar com esse serviço naquela época", avaliou o magistrado. Ainda de acordo com o juiz federal, a estrutura da Central de Policiamento Institucional poderá ser aproveitada pelo futuro TRF6.

4- Contratações Sustentáveis na SJMG

A contratação pública sustentável deverá considerar, no mínimo, ao lado dos aspectos sociais e da promoção do comércio justo no mercado global, os seguintes aspectos:

- questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- redução do consumo;
- análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;

- estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis, até que esta nova realidade passe a representar regra geral e não exceção no mercado brasileiro;
- fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;
- fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis).

Contratações sustentáveis na Justiça Federal de Minas Gerais

Institucional - 01/07/2021



Em 2021, podemos citar as seguintes contratações sustentáveis na SJMG:

- * Aquisição de impressoras térmicas para o Núcleo Judiciário, PA SEI n. 0038584-71.2021.4.01.8008
- * Habilitação de cooperativa para efetuar a coleta seletiva na seccional, PA SEI n. 0029905-82.2021.4.01.8008

* Prestação de Serviços de coleta e tratamento de resíduos de serviços de Saúde, PA SEI n. 0013165-88.2017.4.01.8008.

* Adequação da SSJ Juiz de Fora às normas de acessibilidade, PA SEI n. 0012643-22.2021.4.01.8008.

* Modernização dos elevadores, para execução de serviços de modernização tecnológica. PA SEI n.0011503-50.2021.4.01.8008

* Digitalização dos Processos Físicos, PA SEI n.0000361-49.2021.4.01.8008

* Obra de acessibilidade na Casa de Perícias na SJMG, em Belo Horizonte. PA SEI n. 0029710-34.2020.4.01.8008

* Aquisição de purificadores de água para as Subseções de Manhuaçu e São Sebastião do Paraíso (PA SEI n.0039965-17.2021.4.01.8008).

* Aquisição de purificadores de água para a seccional, PA SEI n.0009892-96.2020.4.01.8008

*Aquisição de purificadores de água para SSJ de Paracatu, PA SEI n. 0016827-26.2018.4.01.8008

* Prestação de serviços de outsourcing (Almoxarifado Virtual), tornando mais ágil e racional a entrega de materiais, PA SEI n.0008568-71.2020.4.01.8008

*Instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica na SSJ Uberaba, PA SEI n.0012375-36.2019.4.01.8008

* Climatização do Edifício ERA na SJMG, PA SEI n. 0012098-20.2019.4.01.8008

* Destinação de cartuchos de tinta, toners e cilindros vazios para a associação Coopervesp (PA SEI n. 0014693-26.2018.4.01.8008).

5- Foram adotadas várias medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações:

* Adequação da SSJ Juiz de Fora às normas de acessibilidade, PA SEI n. 0012643-22.2021.4.01.8008.

* Obra de acessibilidade na Casa de Perícias na SJMG, em Belo Horizonte. PA SEI n. 0029710-34.2020.4.01.8008

* Modernização dos elevadores. Foram efetuadas diversas mudanças, por exemplo: identificação em braile para cada tecla. PA SEI n.0011503-50.2021.4.01.8008.

* Instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica na SSJ Uberaba, PA SEI n.0012375-36.2019.4.01.8008

6- Avanço da Inclusão digital na Seção Judiciária de Minas Gerais.

Inclusão digital na Justiça Federal de Minas Gerais

Institucional - 22/10/2021

A Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais produziu um vídeo sobre inclusão digital, enfocando o projeto do Laboratório d

Um dos resultados recentes desse projeto foi a Oficina "Balcão Virtual da Atermação dos Juizados Especiais Federais de Minas Ger
consequente implantação da ferramenta virtual, para auxiliar os cidadãos que não possuem recursos tecnológicos a atermarem suas der

Clique aqui e assista ao vídeo:



Em novembro de 2021, foi realizado o curso sobre "Linguagem Simples e Visual Law", no espaço do iLuminas (Laboratório de Inovação), teve como um de seus resultados imediatos a Criação da "Cartilha Visual de Termos Usados na Justiça Federal".

Segue abaixo a matéria publicada na intranet da JFMG:

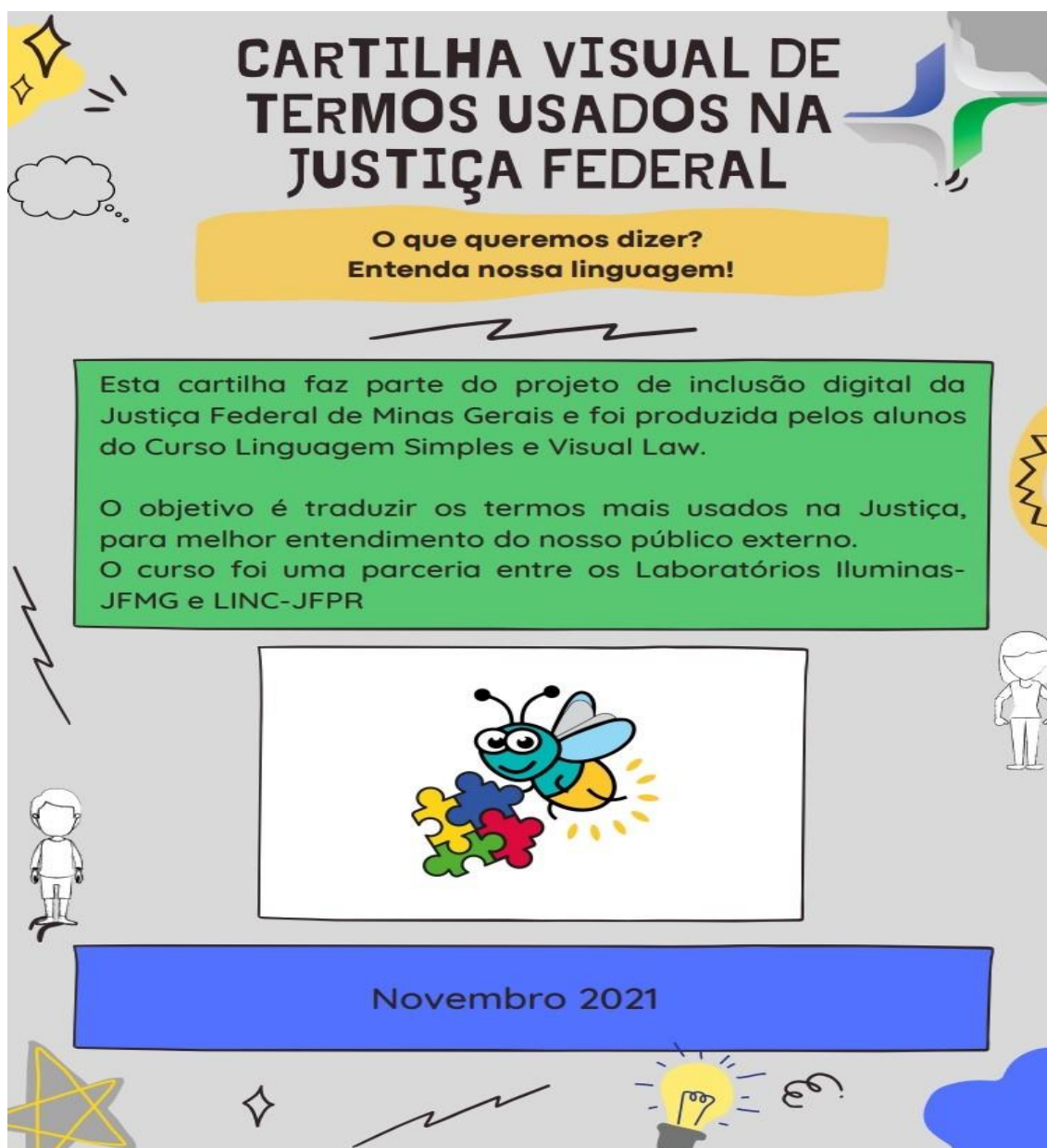
Cartilha visual de termos mais usados na Justiça Federal inaugura uma nova forma de comunicação com usuários.

O Curso sobre "Linguagem Simples e Visual Law", realizado em novembro no espaço do iluMinas (Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Minas Gerais), teve como um dos seus resultados imediatos a criação da “Cartilha Visual de Termos Usados na Justiça Federal”.

Essa capacitação foi objeto da parceria entre o LINC-JFPR (Laboratório de Inovação e Criatividade da Seção Judiciária do Estado do Paraná) e o Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Minas Gerais (iluMinas).

A cartilha faz parte do projeto de inclusão digital da Justiça Federal de Minas Gerais e foi produzida pelos alunos do curso. Sob a mentoria dos instrutores Márcia Ditzel (Supervisora do LINC) e José Fernando BarroseSilva (Coordenador-Auxiliar do iluMinas), os participantes desenvolveram colaborativamente a simplificação da linguagem de alguns termos jurídicos utilizados com frequência pelo Poder Judiciário, com intuito de humanizar a comunicação com todos os usuários da Justiça.

A versão final da “Cartilha Visual de Termos Usados na Justiça Federal” será disponibilizada em breve, no portal de internet e nas redes sociais da Justiça Federal de Minas Gerais.



7 - Digitalização do Acervo (PA SEI n.0000361-49.2021.4.01.8008)

Em julho de 2020, a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais criou a Central de Digitalização, para enfrentar a monumental tarefa de transposição dos processos físicos da Seccional mineira para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico. Até 31.12.2020 foram digitalizados na capital cerca de 30% do acervo, e até 31.12.2021 foram digitalizados na capital cerca de 80% do acervo, ficando demonstrado que a transformação digital dos processos físicos gera valor, eficiência, produtividade, sustentabilidade e, sobretudo, maior qualidade de vida às pessoas.

A necessidade de digitalização do acervo se tornou imprescindível com o advento da grave crise sanitária causada pela Pandemia do Coronavírus, Covid-19, que alterou significativamente a rotina de trabalho de todos os agentes que atuam na Justiça Federal:

magistrados, servidores, colaboradores, estagiários, procuradores, defensores, advogados, peritos e jurisdicionado em geral. O trabalho remoto se tornou uma necessidade e a existência de acervo significativo de processos físicos em tramitação dificultava sobremaneira a adoção do regime diferenciado de trabalho, além de comprometer a integridade física de todos os envolvidos na medida em que é um grande fator de contaminação da COVID-19.

O Protocolo de Segurança Sanitária do Serviço de Digitalização, continuou a ser adotado, com apoio fundamental do Núcleo de Bem Estar Social da Seccional, NUBES-MG, dentre os quais podemos citar alguns: controle de acesso com medição de temperatura de todos os colaboradores, além da triagem de sintomas gripais, turnos de trabalho diferenciados, com no máximo 20 pessoas em cada turno, privilegiar a ventilação natural no auditório do edifício, utilização da mesma estação de trabalho para cada colaborador, instalação de dispenser de álcool em gel no hall de entrada do auditório, nos corredores de acesso e nas áreas de uso comum (copa e banheiros), dentre outros.

Seguem abaixo as matérias publicadas na intranet da JFMG em 2021:

Criada há sete meses, Central de Digitalização já virtualizou mais de 37 mil volumes processuais

Na próxima etapa do trabalho da Central, a unidade apoiará a virtualização de processos de execução fiscal das varas federais de BH

Em julho de 2020, a DIREF-MG (Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais) criou a Central de Digitalização, para enfrentar a monumental tarefa de transposição dos processos físicos da seccional mineira para o PJ-e (Sistema de Processo Judicial Eletrônico).



A resposta ao desafio foi rápida: em agosto do ano passado, a Central já havia concluído a etapa de digitalização dos processos remetidos pelas varas de Juizado e criminais da capital. Logo em seguida, passou a trabalhar com os processos das varas cíveis de Belo Horizonte - e, agora está comemorando a marca de **37.205 mil volumes digitalizados até fevereiro de 2021, o que representa um quantitativo de cerca de 7.441.031 milhões de páginas virtualizadas** (considerando 200 páginas por volume), referente aos acervos recebidos desses Juízos.



Para alcançar esse bom resultado, foi necessária a superação de condições adversas, impostas pela pandemia de Covid-19. Em relatório solicitado pelo CLI-MG (Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária de Minas Gerais), o Diretor do NUCJU (Núcleo Judiciário), Marcos Ricardo Cordeiro, destaca alguns dos obstáculos enfrentados: *"No contexto de severas restrições sanitárias, a*

efetividade desse projeto estratégico sempre dependeu e ainda depende da observância de inúmeros e rigorosos protocolos sanitários estabelecidos pelo serviço médico da Justiça Federal, uma vez que a estrutura física foi instalada no auditório de um dos edifícios-sede da capital e conta com a presença diária de mais de 30 colaboradores, além dos servidores responsáveis pela coordenação dos trabalhos"

Segundo Marcos Cordeiro, está prevista para o final do mês de março uma nova contratação de mão de obra, o que possibilitará à Central iniciar a virtualização de processos das varas de execução fiscal e continuar apoiando a digitalização do acervo físico das varas cíveis da capital – as quais já estão, em média, com cerca de 70% a 80% dos processos em tramitação migrados para o PJ-e.

O diretor do NUCJU informa que *“as Varas de Execução Fiscal da capital já conseguiram, com atuação das próprias equipes e apoio de alguns órgãos, a digitalização e migração de cerca de 20% dos respectivos acervos, conforme números divulgados no Portal da JFMG”* (veja a unidade Minas Gerais no link <https://bit.ly/37NgF3D>)

Esforço conjunto

O diretor salientou a intensa colaboração da DIREF e CLI-MG, que intermediaram junto a entidades, órgãos públicos e grandes litigantes o auxílio aos trabalhos de digitalização do acervo da Justiça Federal de Minas Gerais. Ressaltou os esforços da AGU (Advocacia-Geral da União), da CEF (Caixa Econômica Federal), de alguns Conselhos Profissionais, além da ajuda dos advogados - os quais contribuíram retirando, digitalizando e devolvendo processos em que atuam, através de agendamento específico para essa finalidade. A tabela abaixo exemplifica a contribuição desses parceiros:

Órgão/Entidade/Unidade/Profissionais	Quantitativo do acervo físico digitalizado até fev/2021
Central de Digitalização - CEDIJ	cerca de 37.205 volumes (1)
AGU-MG	cerca de 3.074 processos digitalizados (2)
CEF	cerca de 2.500 processos digitalizados (3)
COREN	cerca 1.682 processos digitalizados na capital e interior (4)
Advogados	foram realizados cerca de 20 agendamentos em média por vara (5)

(1) - dados fornecidos pela CEDIJ - BH

(2) - dados fornecidos pela Coordenadoria Administrativa da AGU -BH

(3) - dados fornecidos pelo setor de apoio do Jurídico da CEF

(4) - dados fornecidos pela Procuradoria do COREN-BH

(5) - dados estimados pelo NUTEC, a partir das informações extraídas do sistema de agendamento - BH

*Nota incluída no relatório do NUCJU: *Importante registrar também que outros órgãos/entidades também prestaram apoio na digitalização, em maior ou menor grau, mas não possuem dados específicos da ajuda oferecida que pudessem compor esse relatório**

Subseções Judiciárias

As 26 subseções judiciárias federais do Estado de Minas Gerais estão trabalhando para adaptar seus acervos processuais à nova conjuntura virtual. Para o diretor Marcos, *"embora com realidades distintas em termos de tamanho e estrutura, algumas unidades judiciais do interior têm alcançado excelentes resultados com a digitalização e migração do acervo físico, conforme demonstram os números divulgados no Portal da JFMG"* (confira no PJ-eÔmetro, escolhendo a unidade MG no link <https://bit.ly/37NgF3D>).

Justiça Federal mineira entra na etapa final de digitalização do acervo processual da capital

Cerca de 60% do acervo processual do órgão já tramita no sistema PJe



Até 15 de agosto deste ano, foram digitalizados 65.112 volumes (de 200 folhas) enviados pelas varas federais da capital mineira à Central de Digitalização. O número corresponde a um volume de 13.022.400 páginas digitalizadas. Um feito que só foi possível devido à formação de uma equipe que trabalha em ritmo de força-tarefa, coordenada pelo Núcleo Judiciário.

Do total digitalizado, 654 volumes correspondem ao acervo das varas de JEF; 5.707, ao acervo das varas criminais; 53.333, ao acervo das

varas cíveis de rito comum e 5.418 às varas de Execução Fiscal.

De acordo com o Diretor do NUCJU (Núcleo Judiciário), Marcos Ricardo Cordeiro, a digitalização do acervo em tramitação ajustada¹ das varas federais da capital está prestes a ser concluída, restando, ainda, parte do acervo das varas de Execução Fiscal, que deve ser finalizado até o final do semestre.

"Destaca-se que grande parte do acervo das varas de Execução Fiscal está suspenso provisoriamente e não será digitalizado nesse momento, em razão da necessidade de se priorizar a tramitação ajustada do maior número de unidades judiciais", esclareceu o Diretor do NUCJU.

As Varas de JEF, as Criminais e as Cíveis continuarão contando com o apoio da Central de Digitalização para receber eventual acervo remanescente que retorna do TRF1, alguns casos de desarquivamento ou outras hipóteses.

Central de Digitalização prestará apoio às Turmas Recursais da capital a partir de setembro

Os bons resultados obtidos até essa etapa do projeto possibilitaram o avanço da digitalização para o acervo físico das 4 (quatro) Turmas Recursais da capital (2º grau), estimado em cerca de 12.000 processos físicos em tramitação, a partir de setembro.



"Vale lembrar, também, que boa parte do acervo das Turmas Recursais é formado por processos que tramitam no JEF Virtual, cuja migração não depende da digitalização dos autos, porque os processos já tramitam eletronicamente", destaca Marcos Cordeiro.

Estima-se que a Justiça Federal de Minas Gerais (capital e interior) possui cerca de 60% do seu acervo tramitando no sistema PJe, entre processos novos e migrados, conforme dados disponíveis no [Pieômetro](#), disponibilizado no site do TRF-1, onde se pode verificar a situação de cada unidade judicial da seccional.

¹ Tramitação ajustada corresponde a diferença entre o acervo total e o acervo suspenso.

8 - Aquisição de impressoras térmicas para o Núcleo Judiciário

Foram adquiridas em 2021, impressoras térmicas para a implantação do Projeto denominado "Diligência Sustentável", desenvolvido no Laboratório de Inovações, Pae SEI: 0036412-93.2020.4.01.8008, na sede da SJMG. O projeto foi desenvolvido visando buscar uma solução tecnológica viável para a eliminação/redução da necessidade de impressão de mandados/documentos encaminhados pelas varas federais para o cumprimento pela Central de Mandados. O projeto piloto foi implantado com sucesso, com ampla aceitação pelos Oficiais de Justiça e os jurisdicionados.

9- Mídia corporativa eletrônica

O projeto iniciado em dezembro 2019, referente ao fornecimento e instalação de mídia corporativa eletrônica para as sedes da JFMG, por meio de tecnologia de Sinalização Digital, em substituição aos murais existentes, entrou em operação em 2021, trazendo atratividade (apelo visual), acessibilidade (exposição da informação), frequência na impactação da informação, dinamismo, além da economia de milhares de papéis que eram utilizados para o mural físico.

Obtivemos um retorno surpreendente do nosso corpo funcional: colaboradores alinhados e engajados com os objetivos estratégicos e a cultura do órgão.

Segue abaixo a matéria publicada na intranet da JFMG:

A TV Corporativa da JFMG já está no ar!

Comunicação moderna, interativa, sustentável e econômica

Notícias e avisos institucionais agora tem um novo meio de comunicação: a TV Corporativa. A ferramenta está alinhada à política de inovação da Justiça Federal mineira. A novidade dará à comunicação interna uma feição moderna e interativa, além de eliminar os custos com insumos usados nos antigos murais de acrílicos (papel e toner).

A nova ferramenta terá conteúdos exclusivos, como vídeos e entrevistas. As telas da mídia corporativa estão localizadas em locais estratégicos em todos os andares dos três prédios que compõem a sede da Justiça Federal e no CEJUC.

A plataforma priorizará informações relevantes de interesse dos públicos interno e externo, com a possibilidade de ter acesso ao conteúdo completo usando o QR Code.



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região



Conteúdos exclusivos poderão ser acessados através do QR Code

Alguns conteúdos da TV Corporativa poderão ter um QR code - um código de barras em 2D.

Para ter acesso ao conteúdo completo, basta usar um aplicativo de leitura de QR code e tirar uma foto do código com a câmera do telefone celular. O aplicativo converte o código na informação instantaneamente.



Veja, curta e comente! Envie sua mensagem para secos.mg@trf1.jus.br

10 -Prestação de serviços de outsourcing (Almoxarifado Virtual)- Tornando mais ágil e racional a entrega de materiais, PA SEI n.0008568-71.2020.4.01.8008.

11- Aquisição de purificadores de água para as Subseções Judiciárias.

Em 2018, foi autuado um processo Sei n.0016827-26.2018.4.01.8008, referente ao projeto de instalação de purificadores de água nas 13 (treze) Subseções Judiciárias que adquiriam água mineral envasada, visando à revogação dos contratos anuais de fornecimento de água mineral. Foram revogados 08 (oito) contratos de água envasada, restando 05 (cinco) Subseções Judiciárias, quais sejam: Manhuaçu, Montes Claros, São Sebastião do Paraíso, Governador Valadares e Sete Lagoas.

Considerando que a água envasada é um dos indicadores utilizados para medir o desempenho da Seção Judiciária de Minas Gerais em relação ao macrodesafio da promoção da sustentabilidade., demos continuidade ao aperfeiçoamento contínuo da gestão dos gastos e consumos dos órgãos do Poder Judiciário. Foram revogados 02 (dois) contratos de água envasada, São Sebastião do Paraíso e Manhuaçu, restando 03 (três) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas e Governador Valadares.

12- Logística Reversa de toners vazios.

Dando continuidade ao processo que trata de desfazimento de material de consumo da Seccional, (cartuchos de tinta, toners e cilindros vazios), via logística reversa, houve a conclusão da 4ª fase de entrega, tendo sido entregue à associação COOPERVERSP, Associação de Recicladores e Grupos Produtivos da Vila Esportiva e Região, situada no município de Vespasiano – MG, 1841 unidades de toner.

13 – Recolhimento de resíduos recicláveis

Em 16.8.2021 foi assinado o Termo de Compromisso n.0001/21, para execução de coleta seletiva solidária celebrado entre a Justiça Federal de Minas Gerais e a Cooperativa Solidária de Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região Ltda- COOPERSOLI BARREIRO, tendo por objeto a doação do material reciclável recolhido nas dependências da JFMG. O total dos resíduos destinados à Cooperativa em 2021 foi de 7.075,45 Kg, ratificando o compromisso da JFMG na preservação do meio ambiente.

Em 2021 foi arrecado um volume menor de resíduos do que em 2020, considerando o teletrabalho em virtude do Covid-19. Foi divulgado na página da JFMG, a assinatura de novo convênio, bem como cartilha informativa lembrando como efetuar o descarte corretamente.

Seguem abaixo as matérias divulgadas.

COOPERSOLI é a nova cooperativa responsável pela coleta seletiva da JFMG

A JFMG (Justiça Federal de Minas Gerais) homologou, no dia 4 de agosto, o resultado do processo seletivo para habilitação da nova cooperativa de catadores de materiais recicláveis, que realizará a coleta seletiva dos resíduos produzidos pelo órgão, por um período de 6 meses, o qual poderá ser renovado por mais 6 meses. A entidade selecionada é a Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos – COOPERSOLI.

O bem-sucedido Programa de Coleta Seletiva da JFMG é um marco na política de sustentabilidade institucional, além de beneficiar centenas de catadores de lixo, contribuindo para a inclusão socioeconômica desse segmento.



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

Em 2020, foram recolhidos os seguintes insumos, na JFMG:

Papel (Kg): 7.573,31

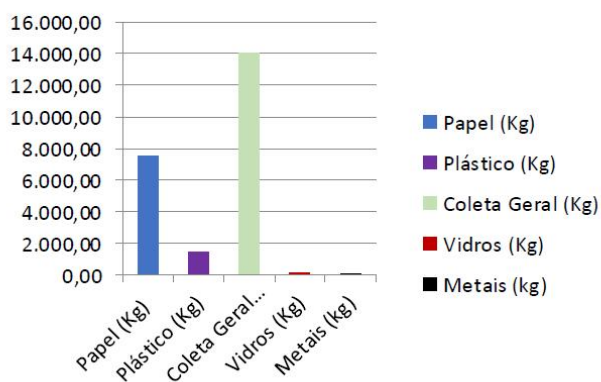
Plástico (Kg): 1.412,00

Coleta Geral (Kg): 14.044,00

Vidros (Kg): 0,40

Metais (kg): 75,00

Valor total de resíduos: 23.104,71 kg



Participe da Coleta Seletiva

Institucional - 21/09/2021



GESTÃO SUSTENTÁVEL Justiça Federal da 1ª Região

Hoje, dia 21 de setembro, é o Dia da Árvore, data que celebra a chegada da primavera. O Socioambiental utiliza datas como esta para despertar e promover o uso consciente dos recursos naturais e o manejo adequado dos resíduos produzidos pelo órgão, incentivando práticas como a coleta seletiva.

A Cartilha sobre Coleta Seletiva, disponível no banner da Gestão Sustentável, na página inicial da [Judiciária de Minas Gerais](#), na internet, faz parte da estratégia adotada pelo órgão para estimular o uso consciente dos recursos e servidores.

A coleta seletiva é um dos indicadores utilizados para medir o desempenho da SJMG em relação à promoção da sustentabilidade.

Essa medida objetiva dar cumprimento às metas do Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2019-2023 e o avanço da Justiça Federal no desempenho de sustentabilidade.

Foram recolhidos em 2020, 21.104,71 kg de resíduos, ratificando o compromisso da SJMG na preservação do meio ambiente.

VAMOS SER MAIS SUSTENTÁVEIS!

PRATIQUE ESSA IDÉIA!

O que pode ser reciclado			
PAPEL	PLÁSTICO	VIDRO	METAL
- Papéis em geral - Impressos em geral - Folhetos, envelopes, cartolinas - Jornais, Revistas - Embalagens, Papelão - Cartazes	- Copos descartáveis de água e café - Embalagens de água e refrigerante (pet)	Garrafas, copos, cacos, frascos, recipientes em geral <i>Obs: Evite acidentes: Cuidado ao descartar cacos de vidro</i>	- Latas (de alimento) de alumínio e aço (ex: achocolatado em pó, refrigerante) - Panelas, fios, tampas de garrafa, pregos, tubos de cano e demais materiais de construção civil.
o que NÃO pode ser reciclado			
Papel carbono, fotografias, papel de fax, papéis sujos, papel toalha, etiquetas adesivas, fitas crepe e adesivas, papéis metalizados e plastificados.	Embalagens com lâminas metalizadas, como balas, bombons e biscoitos, peças de acrílico, chicletes e isopor.	Espelhos, cristais, vidros planos, lâmpadas, tubos de tv e vídeo, cerâmica, pirex e porcelana.	Embalagens do tipo marmítex, clips, grampos e esponjas de aço, pilhas e baterias.

Coleta Seletiva da Seção Judiciária de Minas Gerais

A coleta seletiva na Seção Judiciária de Belo Horizonte é realizada com três tipos de coletores.

Abaixo são identificados os recipientes utilizados:



Os coletores das copas são identificados com a etiqueta "Resíduos não recicláveis".

Os "kits de Coleta Seletiva" (caixas de papelão e etiquetas para lixeiras) estão disponíveis no Escritório de Gestão Ambiental (eges.mg)

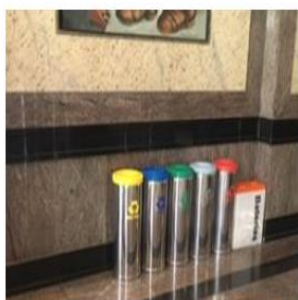
Também estão disponíveis cinco lixeiras de coleta seletiva (plástico, vidro, metal, papel e lixo não reciclável) nas unidades da 5ª Região Administrativa do Judiciário de Minas Gerais.



Edifício Euclides Reis Aguiar



Núcleo



Edifício Antônio Fernando Pinheiro



Edifício



Fonte: Escritório de Projeto Socioambiental

14 – Projeto Pensando no Amanhã: criando um futuro sustentável.

O objetivo do projeto foi promover o engajamento dos servidores na temática da sustentabilidade, divulgando diversos conteúdos relacionados ao tema, incentivando atitudes sustentáveis para incorporação na rotina diária. Serão abordados diversos tópicos, em alinhamento ao Planejamento Estratégico da JF 2021-2026 e a Resolução n. 400 CNJ.

O conteúdo começou a ser disponibilizado na Internet na aba Institucional/Gestão Socioambiental, bem como no banner da Gestão Ambiental, sendo que será alimentado continuamente pelo Escritório de Gestão Ambiental.

- Divulgar que o material foi disponibilizado na página da SJMG. O conteúdo visa despertar atenção do corpo funcional, convidando-o a visitar aba da Gestão Socioambiental na página da SJMG.

Projeto Pensando no amanhã: Criando um futuro sustentável

O projeto “Pensando no amanhã: Criando um futuro sustentável” visa reforçar a prática de ações sustentáveis no dia a dia da Justiça Federal de Minas Gerais, além de proporcionar informações atualizadas sobre o tema, em alinhamento ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021-2026 e a Resolução n. 400 CNJ.

Mensalmente, serão divulgados conteúdos relacionados à sustentabilidade, no portal da JFMG: Aba Institucional/Gestão Socioambiental, <https://portal.trf1.jus.br/simg/institucional/sustentabilidade/sustentabilidade.htm>.

Serão apresentados dados, links para vídeos, informações e orientações para que possamos pensar sobre o papel de cada um na construção de um futuro sustentável.



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

Agenda 2030 da ONU

O Projeto inicia trazendo esclarecimentos sobre a Agenda 2030 da ONU, que estabeleceu 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável.

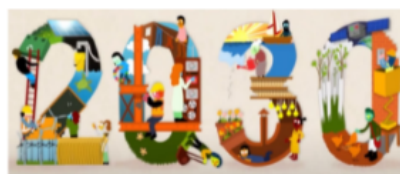
Além disso, a responsável pelo Escritório de Gestão Ambiental da JFMG, Cintia Amaral Lima, convida a todos para assistirem ao vídeo produzido pelo Programa das Nações Unidas, para o Meio Ambiente: “Fazer as pazes com a natureza”, <https://www.youtube.com/watch?v=xqSaOgR5WMD>, com duração aproximada de 1 minuto e 40 segundos.



Para Cintia Amaral, o vídeo traz uma importante reflexão para magistrados, servidores e estagiários: “Cuidar do meio ambiente e ser sustentável envolve a realização diária de pequenas ações. Quando praticadas por milhões de pessoas, provocam uma grande mudança na nossa qualidade de vida e na das próximas gerações”.

Agenda 2030 da ONU: Você conhece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e definiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Trata-se da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 e os ODS indicam que para colocar o mundo em um caminho sustentável é imperativo tomar medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030.



Assista ao vídeo sobre a Agenda 2030:

<https://www.youtube.com/watch?v=u2K0F6bzZ4&t=2s>



Assista ao vídeo sobre os ODS:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZSrhXP4-aec&t=85s>



Fontes: site da ONU e Plataforma Agenda 2030

15 - Feira de Produtos Sustentáveis

No ano de 2021 não tivemos a oportunidade de realizar a Feira de Produtos Sustentáveis, bem como a Campanha para recolhimento de resíduos eletrônicos, haja vista a pandemia do Coronavírus e o desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores.

16- Divulgação do Dia da Árvore no Instagram na SJMG

De forma a despertar e promover o uso consciente dos recursos materiais e tecnológicos e o manejo dos resíduos produzidos pelo órgão.



Hoje, dia 21 de setembro, é o Dia da Árvore, data que celebra a chegada da primavera. O Escritório de Gestão Socioambiental da Justiça Federal de Minas Gerais utiliza datas como esta para despertar e promover o uso consciente dos recursos materiais e tecnológicos e o manejo adequado dos resíduos produzidos pelo órgão, incentivando práticas como a coleta seletiva e a reciclagem de papel. A coleta seletiva é um dos indicadores utilizados para medir o desempenho da Seção Judiciária de Minas Gerais em relação ao macrodesafio da promoção da sustentabilidade.

Essa medida objetiva dar cumprimento às metas do Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, demonstrando avanço da Justiça Federal no desempenho de sustentabilidade.

Foram recolhidos, em 2020, 21.104,71 mil kilos de resíduos, ratificando o compromisso da JFMG na preservação do meio ambiente.

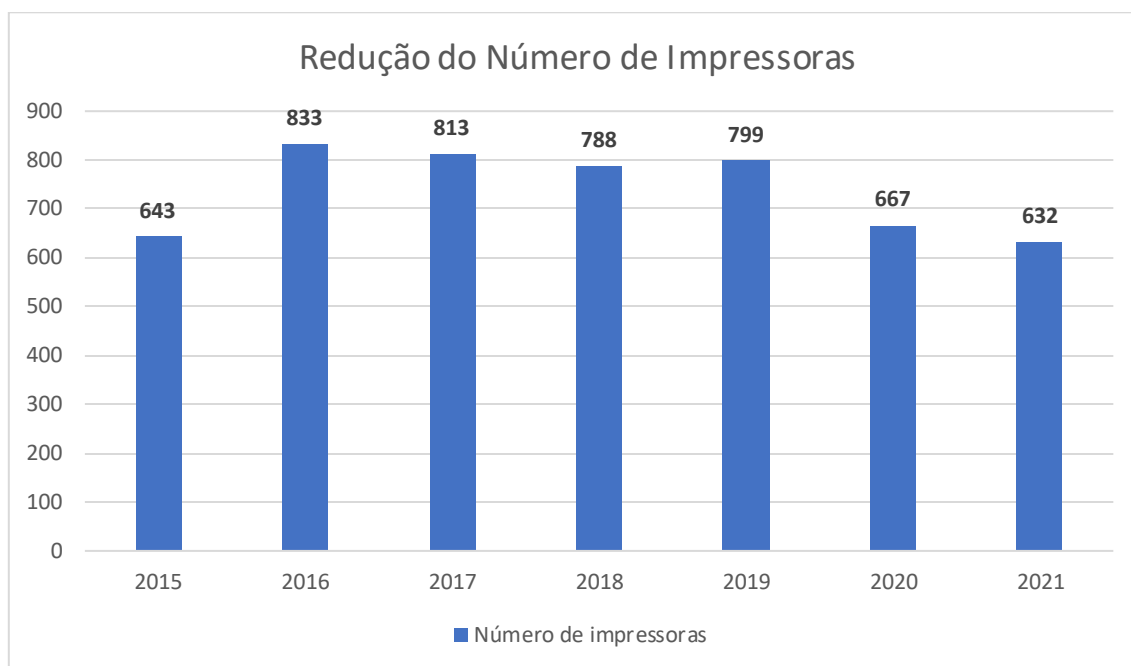
(Cíntia Amaral Lima - Escritório de Gestão Socioambiental da JFMG)

17 – Redução no número de impressoras

Em 2019 a Justiça Federal desenvolveu estudos para determinar o número máximo de equipamentos de impressão por setor, levando em consideração o estoque disponível de toner, o custo e número de impressões por modelo de impressora, assim como a atividade da unidade. As impressoras acima do quantitativo máximo estipulado foram recolhidas para backup ou destinadas ao desfazimento.

No primeiro semestre de 2020, demos andamento ao projeto, procedendo ao recolhimento das impressoras nas Subseções Judiciárias. Em 2020, tínhamos 667 impressoras nas Subseções Judiciárias, e, em 2021 tínhamos 632 impressoras, ratificando assim, o compromisso da Justiça Federal com a diminuição de gastos e com a sustentabilidade.

O gráfico abaixo demonstra o resultado alcançado nas Subseções Judiciárias.



18 – Utilização de etanol em detrimento do uso de gasolina

A partir de 1º de março de 2019, foi determinado pela auditoria que os carros produzidos a partir do ano de 2012 serão abastecidos com etanol, sempre que o preço do litro do etanol custar até 70% do litro da gasolina. O gráfico abaixo demonstra o resultado alcançado, ficando claramente demonstrado que em 2021 foi utilizado prioritariamente a gasolina e não o álcool.

Possuímos uma frota de veículos com muitos carros já com elevado ano de fabricação, que comprovadamente não conseguem manter bom rendimento no combustível etanol (álcool), devido principalmente a possuírem fatores tecnológicos já ultrapassados. Também apresentamos outros fatores constatados, como maior desgaste de peças proveniente da utilização do combustível etanol.

Sendo assim, ficou definido que veículos com ano de fabricação inferior a 2012 deveriam manter o abastecimento na gasolina e veículos mais novos, com ano de fabricação a partir de 2012, deveriam privilegiar o abastecimento no etanol sempre que a relação gasolina x etanol estivesse dentro do patamar considerado recomendável, ou seja, o litro de etanol custando no máximo 70% do litro de gasolina. Este modelo adotado será objeto de análise futura para verificação de possíveis ajustes e melhorias.

19- Visita virtual

O projeto tem por objetivo apresentar a história da Justiça Federal, utilizando os recursos da exposição de longa duração do Centro de Memória da Justiça Federal - CMJF, criando no novo integrante do corpo funcional - magistrado, servidor, colaborador terceirizado e estagiário - o sentimento de pertencimento. A compreensão de que ao ingressar nessa casa, ele também passa a fazer parte dessa história.

Justiça Federal mineira realiza a primeira visita virtual para estudantes e ratifica compromisso com a formação dos jovens e a construção da cidadania

Institucional - 01/09/2021

No dia 1ª de setembro, a Justiça Federal de Minas Gerais realizou a primeira visita virtual para estudantes do ensino fundamental. Cerca de 30 alunos, dos 8º e 9º anos, do Instituto Educacional Gestald, de Betim, tiveram a oportunidade de conhecer a atuação da Justiça Federal, com ênfase na conciliação e na inovação como caminhos para o aperfeiçoamento do sistema de Justiça e da pacificação social.



O objetivo da ação é ampliar o conhecimento e o desenvolvimento da cidadania junto aos jovens em idade escolar.

Durante a visita, o Diretor do NUGED (Núcleo de Gestão Documental), Marcos Alves Arruda, mostrou, ao vivo, a fachada do prédio da Justiça Federal. Além do Tour 360º do Centro de Memória da Justiça Federal, foram mostrados, em tempo real, alguns itens do acervo, como forma de valorização da memória institucional.

O coordenador-auxiliar do IluMinas, José Fernando Barros e Silva, falou sobre o Laboratório de Inovação e sua contribuição para a gestão da Justiça Federal. Carolina Ramos Jorge explicou como funciona e quais são os objetivos da conciliação na Justiça Federal.

O Programa de Visita é coordenado pelo Centro de Memória da Justiça Federal em Minas Gerais Renato Martins Prates.

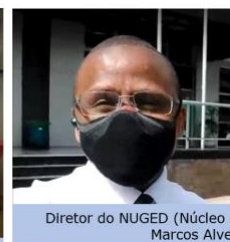
Os servidores
Marcos Alves
Arruda
(NUGED); Ana
Carolina Ramos
Jorge (Centro
Judiciário de
Conciliação) e
José Fernando
Barros e



Centro de Memória da Justiça Federal em Minas Gerais Renato Martins Prates



Laboratório de Inovação IluMinas



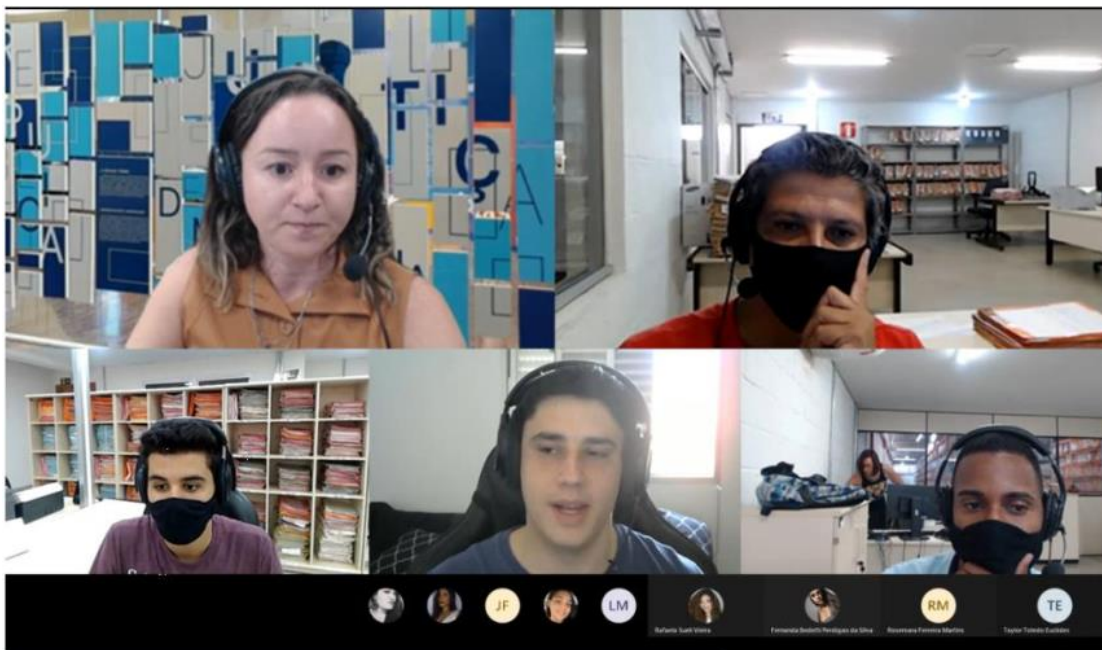
Diretor do NUGED (Núcleo de Gestão Documental) Marcos Alves Arruda

Silva (Laboratório de Inovação) foram responsáveis pela apresentação. A servidora Daniele Guimarães Silva (Serviço de Biblioteca e Memória Institucional) e Giovannelli Tacconi Gimenez deram suporte à visita.

Visitas realizadas no dia 16 de setembro de 2021, marcando o início do programa de valorização da memória institucional para o público interno da Seção judiciária de Minas Gerais.

Imagem

1: visita virtual



Imagem

2:

visita

presencial



As demais ações realizadas pela Seção Judiciária de Minas Gerais, a consolidação dos resultados alcançados e a análise dos indicadores previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça serão descritas nas próximas páginas, demonstrando a evolução do desempenho dos indicadores e oferecendo um panorama do Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal de Minas Gerais.

TEMA 1 – PAPEL

META 1 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Projeto da Mídia Corporativa Eletrônica

Ação realizada. O projeto iniciado em dezembro 2019, referente ao fornecimento e instalação de mídia corporativa eletrônica para as sedes da JFMG, por meio de tecnologia de Sinalização Digital, em substituição aos murais existentes, entrou em operação em 2021, trazendo atratividade (apelo visual), acessibilidade (exposição da informação), frequência na impactação da informação, dinamismo, além da economia de milhares de papéis que eram utilizados para o mural físico. Obtivemos um retorno surpreendente do nosso corpo funcional: colaboradores alinhados e engajados com os objetivos estratégicos e a cultura do órgão.

02. Campanhas de conscientização sobre o uso racional de papel.

Ação realizada. Foi realizado um acompanhamento mensal do gasto de papel em toda a Seção Judiciária de Minas Gerais. Em 2021 gastamos 1194 resmas a menos, em relação a 2020.

03. Informar dados de consumo aos Diretores de Secretaria e aos Núcleos com periodicidade semestral ou anual.

Ação realizada. Foi realizado acompanhamento mensal dos dados de consumo, e, sempre que ocorria uma mudança brusca de valores, a unidade era contactada para que pudessemos averiguar o motivo e verificar alternativas para retorno ao consumo habitual. Será enviado um e-mail ou através de um processo SEI, até março/abril de 2021, informando os quantitativos às unidades.

04. Projeto Almoxarifado Virtual - PA SEI n.0008568-71.2020.4.01.8008 - Considerando que as aquisições de material de consumo eram feitas com muita antecedência e em grandes quantidades, devido à sistemática de liberação de recursos pelo Tribunal (aquisição de estoque para 12, 18 meses), gerando estoques elevados e sobra de material por alteração de rotinas de trabalho, surgiu o Projeto do Almoxarifado Virtual, tornando mais ágil e racional a entrega de materiais de pouco valor agregado como itens de expediente (papel, lápis, canetas e suprimentos comuns de informática), permitindo uma redução significativa da necessidade de grandes áreas para Almoxarifados e estoques, tornando mais seguro o controle e ateste dos itens e minimizando o processo de compra anual, ficando a aquisição realizada de maneira fracionada e gradual.

Ação em andamento. Foi assinado o Contrato nº 037/2021, com a empresa Autopel Automação Comercial e Informática Ltda, de prestação de serviços de outsourcing (almoxarifado virtual), cuja vigência iniciou-se em 01/10/2021, com encerramento em 31/03/2024.

05. Projeto Estudo de viabilidade para contratação de outsourcing de impressão - Não haverá custos, tendo em vista parceria para fornecimento do software de monitoramento por alguns meses sem gasto.

Ação não realizada. Devido a pandemia, o consumo de papel que seria aferido não seria o gasto real, dessa forma, aguarda-se uma definição da situação para iniciar os estudos

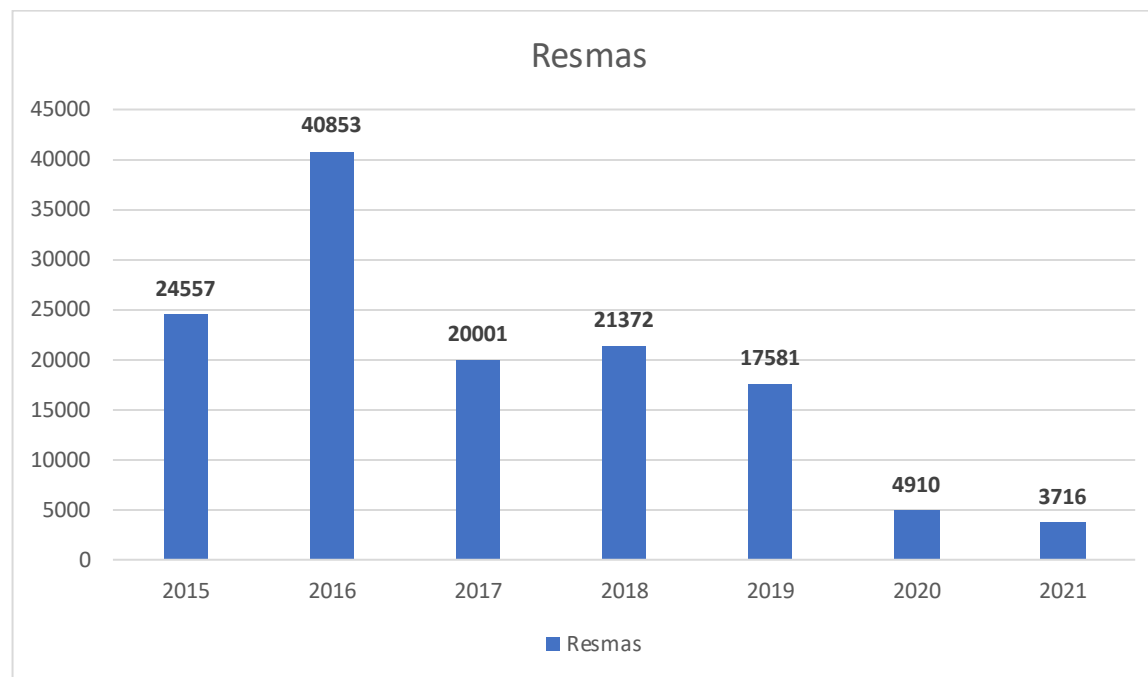
06. Campanha para devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação social. (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação realizada. Materiais considerados ociosos e antieconômicos foram destinados através da modalidade “Alienação por doação”, conforme PA SEI n. 0009315-84.2021.4.01.8008. Os materiais estavam em desuso há bastante tempo e ocupando um grande espaço no depósito da SERMAC, sem perspectiva de utilização, sendo que alguns eram obsoletos e com tecnologia ultrapassada. Alguns materiais foram triturados e enviados à reciclagem, por possuírem a logomarca da Justiça Federal.

07. Analisar a possibilidade de redução dos itens do acervo do Almoxarifado (estoques mínimos).

Ação contínua. Homologação pela Diref de uma lista contendo itens do acervo do almoxarifado que seriam restringidos ou eliminados.

Gráficos Consumo de papel JFMG 2021:



Análise dos resultados de 2021:

Meta 1 – Alcançada

A meta de manter o consumo de 2020 em 2021 foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma diminuição de 1194 resmas em relação a 2020. Com a expansão do sistema PJE para as ações de execução fiscal e para os processos criminais houve uma contribuição significativa para a manutenção da redução do consumo de papel na Justiça Federal de Minas Gerais. Destacamos ainda, que no ano de 2021, tendo em vista a manutenção do período de pandemia, grande parte da força de trabalho foi realizada através do home office, além do projeto de digitalização de processos, o que gerou reflexos sem precedentes na diminuição do consumo de papel.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Divulgar as lotações mais sustentáveis. A apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2022, aumentando a periodicidade e o número de gestores a quem são entregues.

Estabelecer um índice de consumo, usando como variáveis o número de processos em curso e a competência da vara, pesquisando-se as demandas das mesmas.

Buscar boas práticas de órgãos que apresentaram resultados positivos, principalmente com os que fazem parte da Rede Sustenta Minas.

TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS

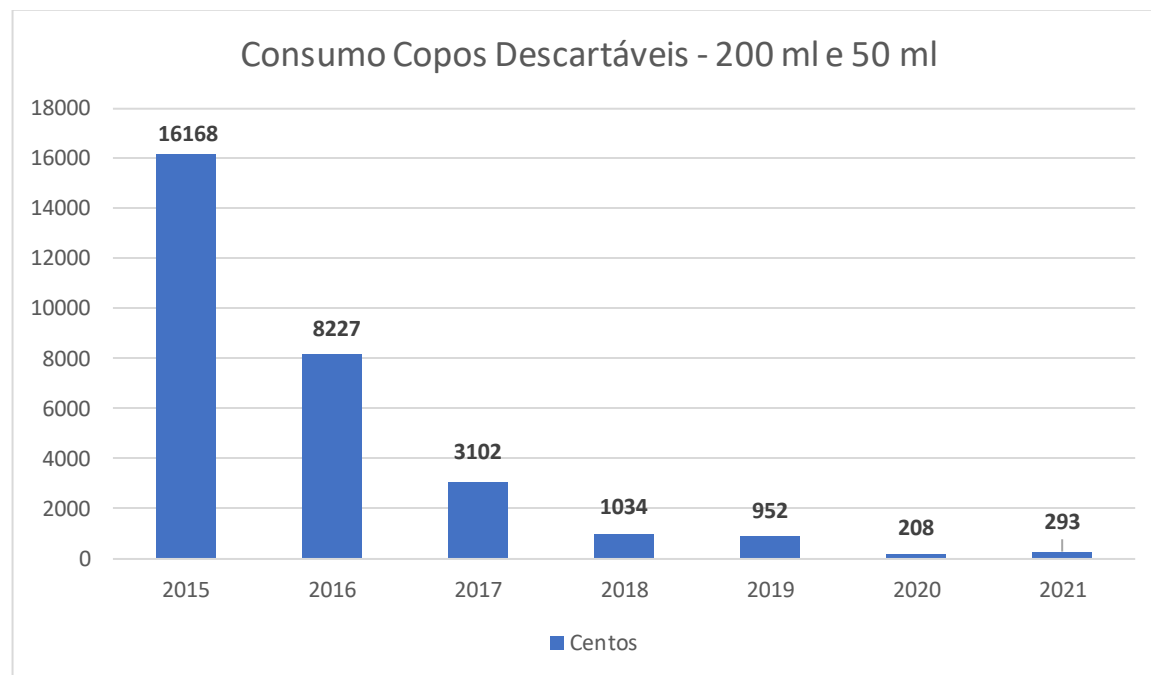
META 2 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Manter a distribuição de copos descartáveis somente para eventos e público externo.

Concluído. Ação realizada. Foi realizado um monitoramento mensal desse indicador, e sempre que ocorria um aumento no consumo, a unidades era indagada sobre o porquê do aumento.

Gráficos Consumo de Copos Descartáveis JFMG 2021:



Análise dos resultados de 2021:

Meta 2 – Não Alcançada

A meta era manter o consumo de 2020 em 2021, porém não foi alcançada, tendo ocorrido um aumento de 85 centos de copos, tendo em vista as perícias médicas e mutirões nas Subseções Judiciárias. Dentre as Subseções com maior consumo de copos, podemos citar: Ipatinga, Patos de Minas, Teófilo Otoni e Unaí.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Eliminação do uso de copos plásticos descartáveis na JFMG, verificando-se a possibilidade de aquisição de copos descartáveis de papel ou copos plásticos descartáveis biodegradáveis, que seriam fornecidos somente para público externo e eventos, como é feito atualmente na SJMG. Não foi verificada essa possibilidade ainda, visto termos estoque de copos descartáveis até 2023.

TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

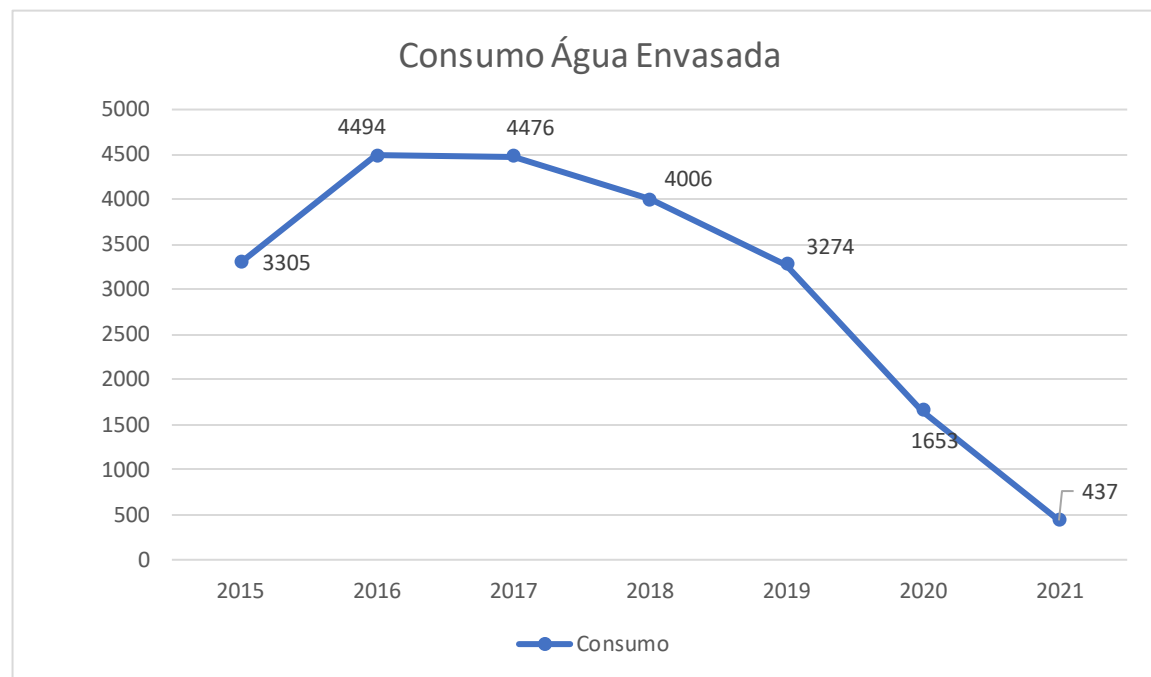
META 3 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Avaliar a possibilidade de substituição da água mineral envasada por purificadores de água.

Ação realizada. Foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu. Foram encerrados 02 (dois) contratos de água envasada, São Sebastião do Paraíso e Manhuaçu, restando apenas 03 (três) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas e Governador Valadares.

Gráficos Água em Embalagem Retornável JFMG 2021:



Análise do indicador:

Meta 3 – Alcançada

A meta era manter o consumo de 2020 até 2022. Foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma diminuição de 26,44 %, ou seja, 1216 galões a menos.

Foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu. Foram encerrados 02 (dois) contratos de água envasada, São Sebastião do Paraíso e Manhauçu, restando apenas 03 (três) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas e Governador Valadares. Com a advento da pandemia do Covid-19 e o desenvolvimento do teletrabalho por grande parte dos servidores, e ainda, a revogação de 2 contratos de fornecimento de água a diminuição foi significativa.

Na Justiça Federal de Minas Gerais a água envasada em galões retornáveis só é distribuída para cidades no interior do Estado em que o saneamento básico não ofereça segurança da sua qualidade. Não há aquisição de água mineral em embalagens descartáveis na JFMG (garrafinhas ou copos).

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Dar continuidade a substituição da água envasada por sistema de purificação nas Subseções em que a qualidade da água permitir a troca futuramente.

TEMA 4 – IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER)

META 4 – Manter o consumo de cartuchos do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Digitalização de Processos.

Ação realizada. Em julho de 2020, a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais criou a Central de Digitalização, para enfrentar a monumental tarefa de transposição dos processos físicos da Seccional mineira para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico. Até 31.12.2020 foram digitalizados na capital cerca de 30% do acervo. Até 31.12.2021 foram digitalizados na capital cerca de 80% do acervo, ficando demonstrado que a transformação digital dos processos físicos gera valor, eficiência, produtividade, sustentabilidade e, sobretudo, maior qualidade de vida às pessoas.

A necessidade de digitalização do acervo se tornou imprescindível com o advento da grave crise sanitária causada pela Pandemia do Coronavírus, Covid-19, que alterou significativamente a rotina de trabalho de todos os agentes que atuam na Justiça Federal: magistrados, servidores, colaboradores, estagiários, procuradores, defensores, advogados, peritos e jurisdicionado em geral. O trabalho remoto se tornou uma necessidade e a existência de acervo significativo de processos físicos em tramitação dificultava sobremaneira a adoção do regime diferenciado de trabalho, além de comprometer a integridade física de todos os envolvidos na medida em que é um grande fator de contaminação da COVID-19.

02- Envidar esforços para ampliação/manutenção do regime de trabalho remoto.

Ação parcialmente realizada. Considerando a manutenção da Pandemia Covid-19, os servidores estão em trabalho híbrido, ocorrendo revezamento, de forma que a sala não tenha mais do que 2 servidores.

Tendo em vista a instalação do TRF6 prevista para maio/junho de 2021, será aguardado um estudo cuidadoso pelo TRF6 ou uma regulamentação do CNJ, para solução definitiva.

03. Compras compartilhadas.

Ação realizada. Foram realizadas co-participações com o TRF1, ou seja, o TRF1 era o órgão licitante e a SJMG aderiu como órgão participante, por exemplo, PA SEI 0038530-08.2021.4.01.8008.

04. Estudo de viabilidade para contratação de outsourcing de impressão, (Prazo Dez 2022)

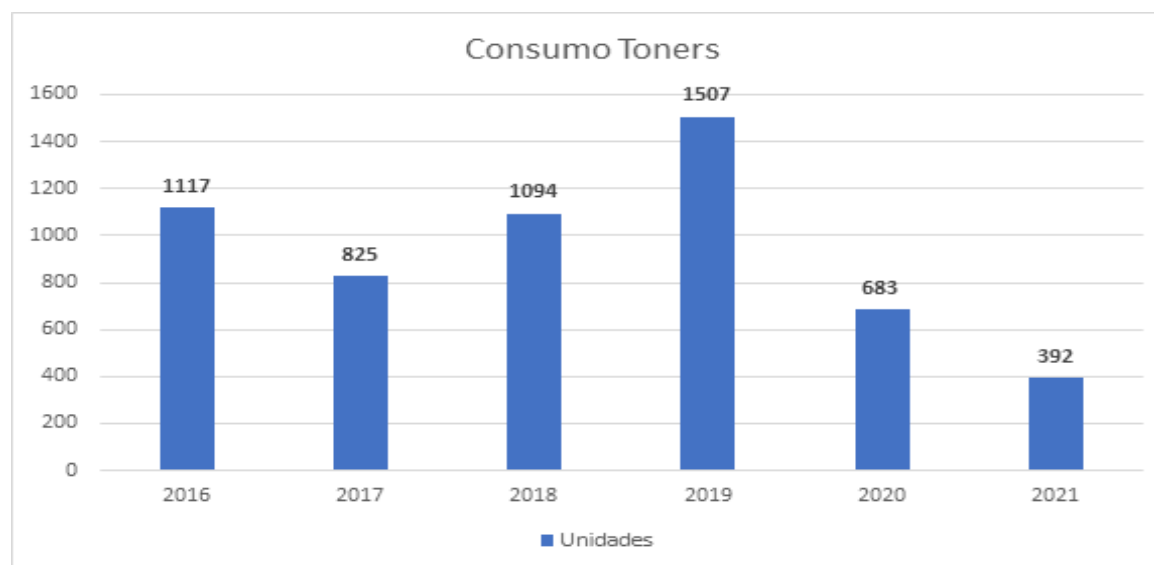
Não haverá custos, tendo em vista parceria para fornecimento do software de monitoramento por alguns meses sem custo.

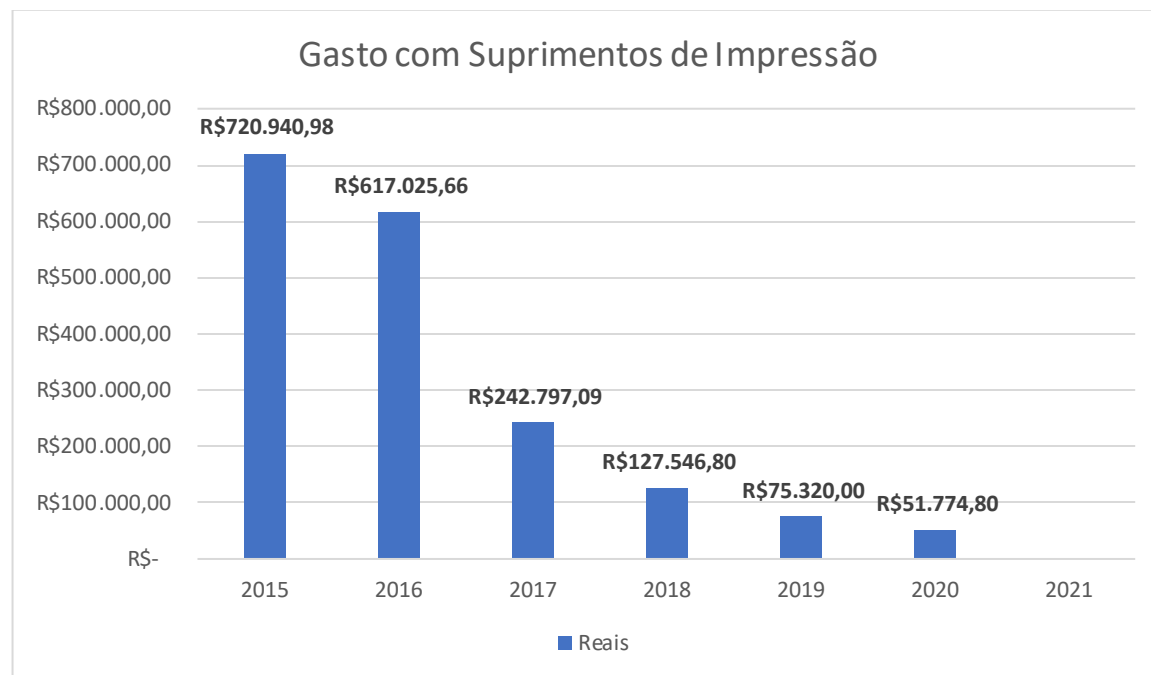
Ação não realizada, aguardando definição após a instalação do TRF6.

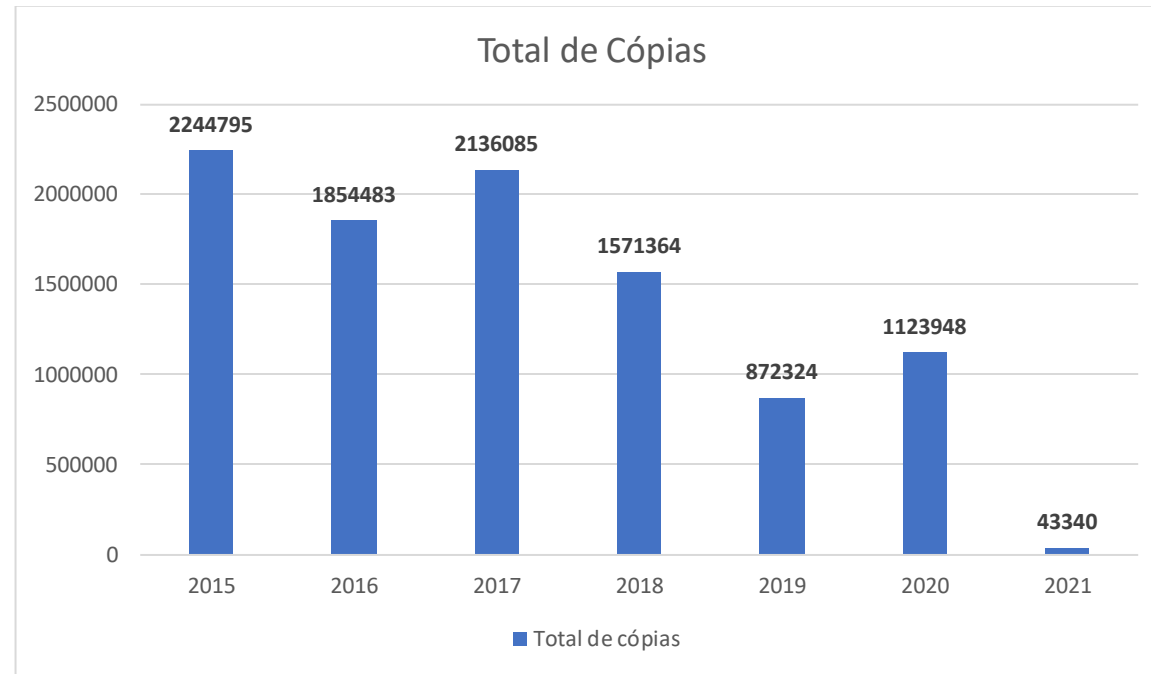
05. Informar dados de gerenciamento de copiadoras ao corpo funcional.

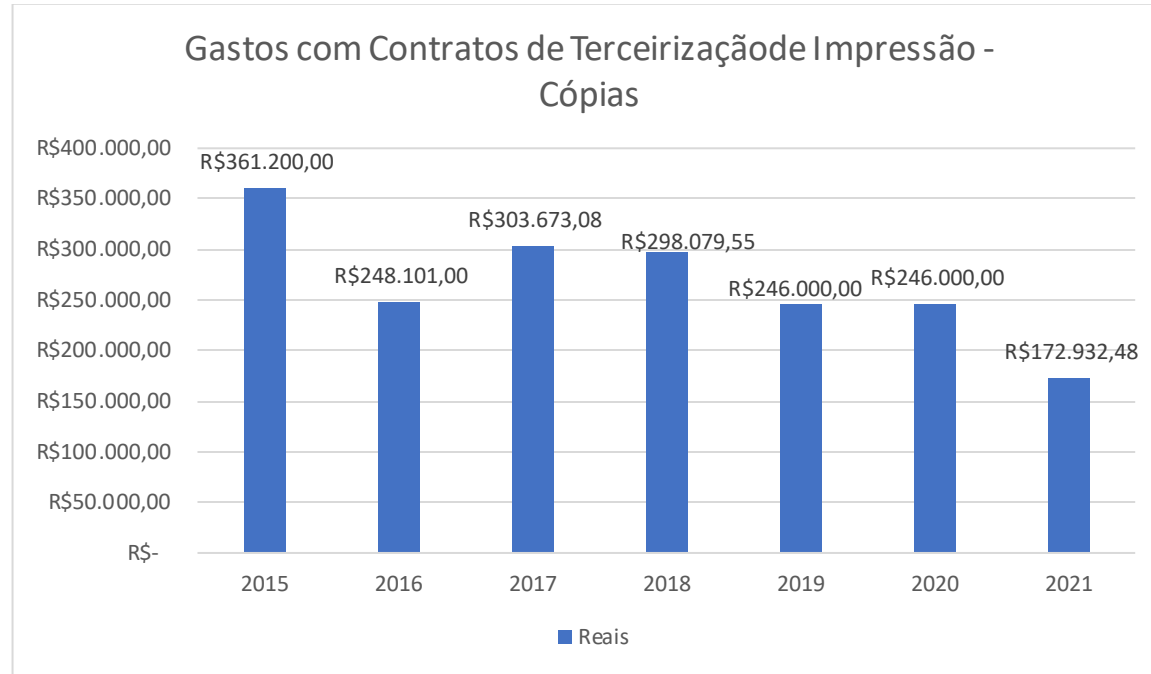
Ação realizada em 2020. Foi instalado software para gerenciamento do número de cópias por unidade, com identificação do usuário e os dados continuam a ser disponibilizados no link da sustentabilidade na internet.

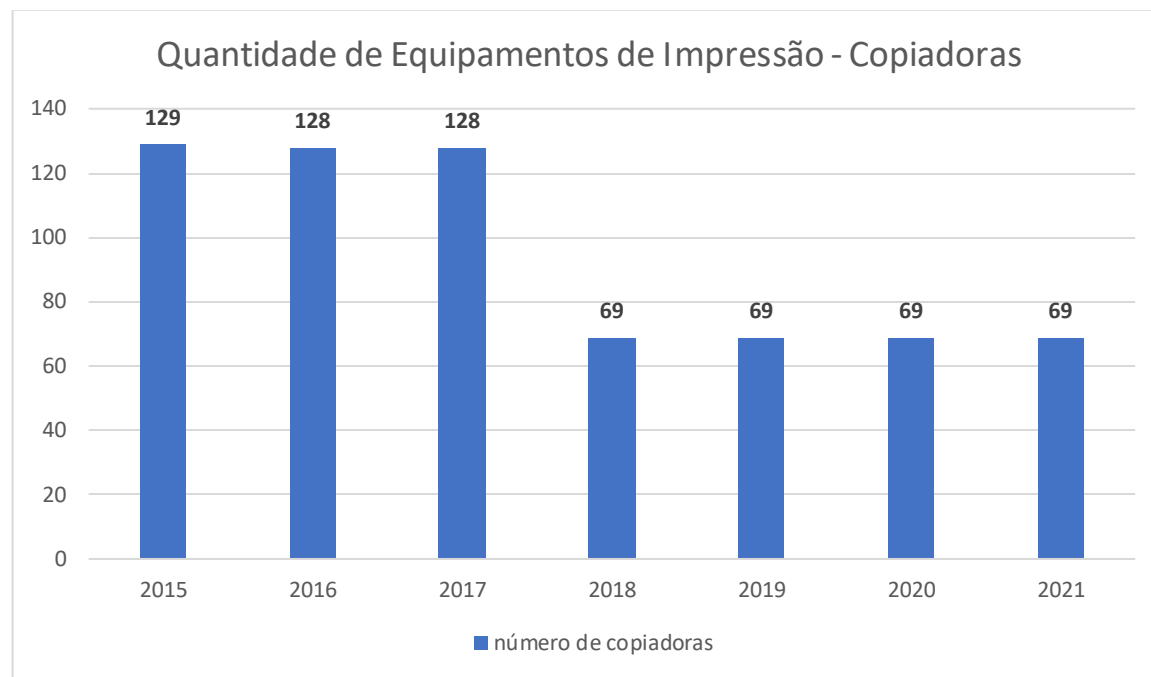
Gráficos: Impressões, Equipamentos de Impressão e Suprimentos (Toner) JFMG 2021

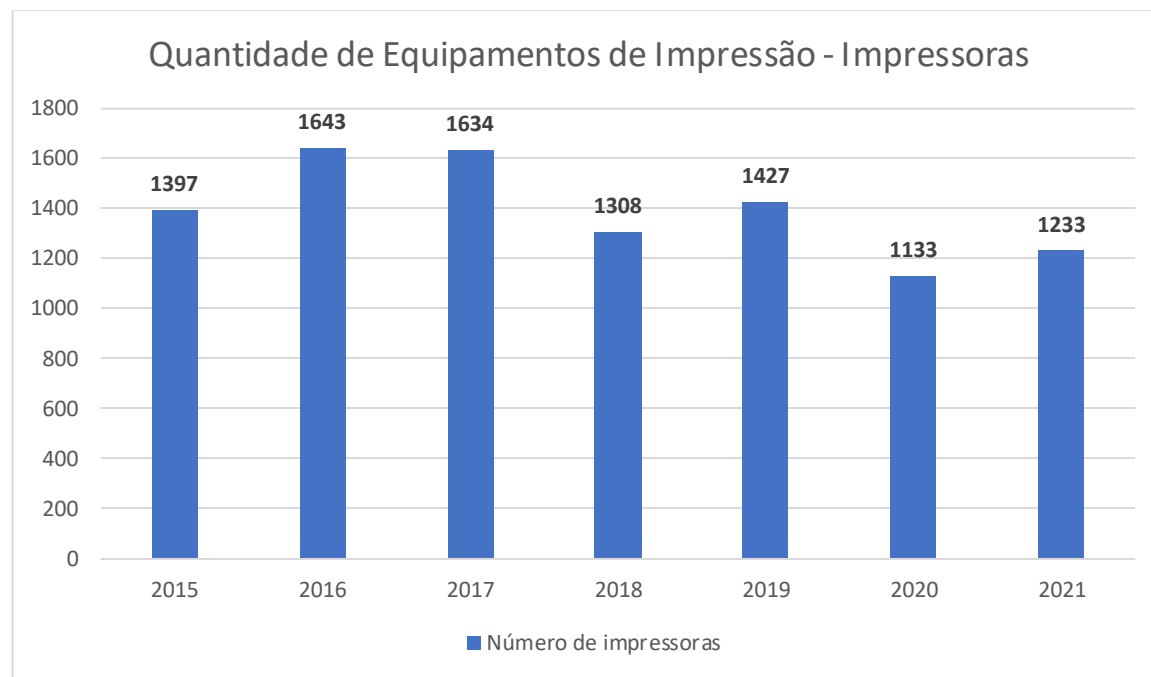


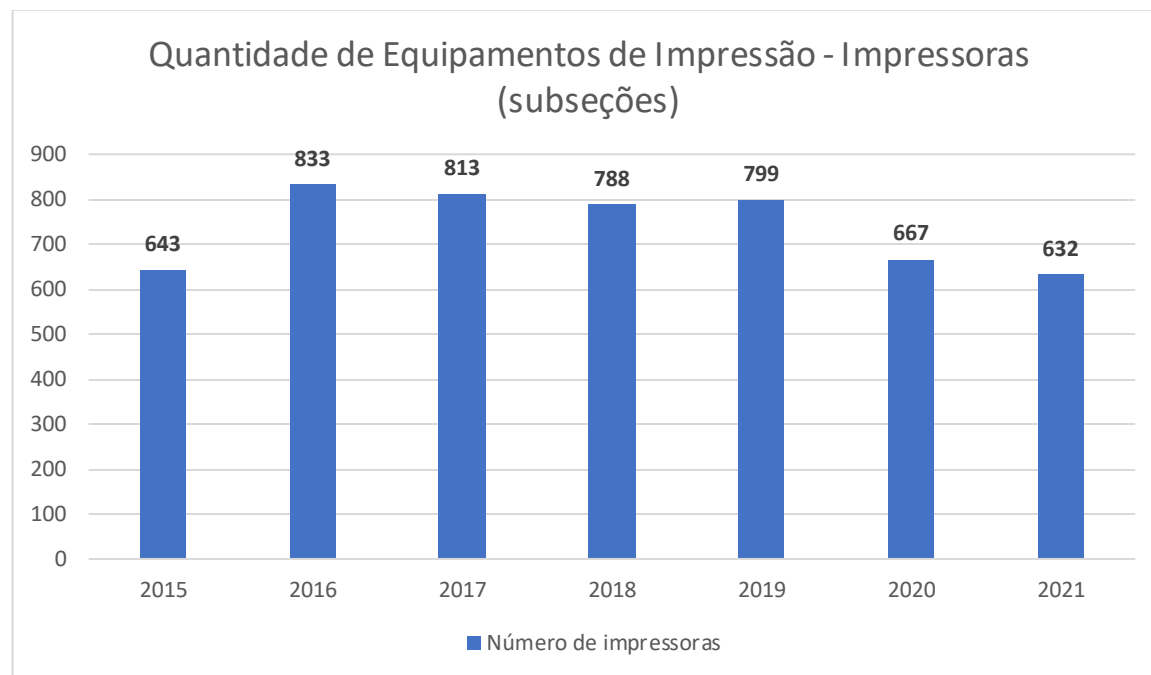












Análise dos resultados de 2021:

Meta 4 – Alcançada

A meta era manter o consumo de 2020 até 2022. Foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma diminuição no consumo de 2021, em relação à 2020. Em 2020 foram utilizados 667 tonners e em 2021 foram utilizados 632 tonners, ou seja, uma economia de 35 unidades.

A JFMG adquire toner similar, pois as impressoras não estão mais no prazo de garantia, conforme determinação do TCU que “Admite como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais, quando esses se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia expressamente consignarem que ela não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de suprimentos e/ou peças de outras marcas”.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a viabilidade de aquisição de software para mensurar o quantitativo de impressões ou implantação de outsourcing de impressão.

TEMA 5 – TELEFONIA

META 5 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Migração da tecnologia analógica para Tecnologia VoIP.

Ação em andamento. Em Belo Horizonte utilizávamos 100% da tecnologia VoIP e nas Subseções Judiciárias utilizávamos somente 20%, devido a problemas de reconfiguração do atual fabricante das Centrais de PABX. Fica ressaltado que a tecnologia é empregada automaticamente nas ligações interurbanas, dentro da capacidade da rede, independentemente de a ligação ser efetuada pelo aparelho VoIP ou analógico.

Em nove Subseções Judiciárias, houve a substituição das Centrais de PABX analógicas por Centrais IP/NEC, o que possibilitou a atualização e modernização do sistema, considerando que as existentes eram de tecnologia ultrapassada e estavam descontinuadas.

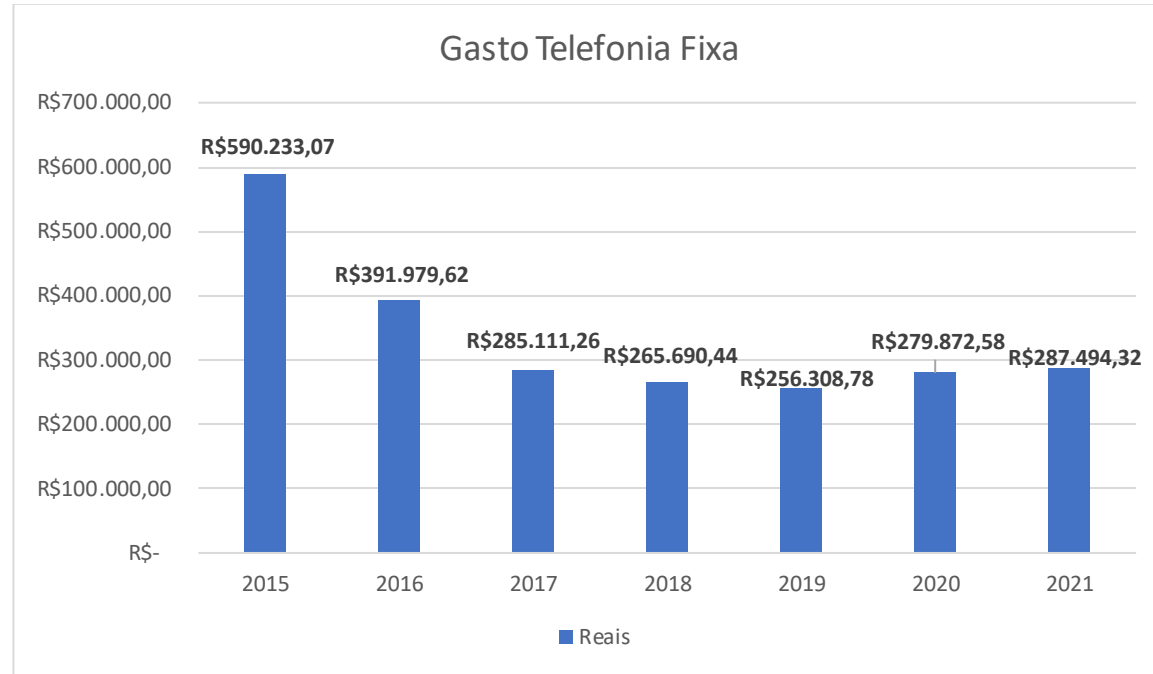
02. Novas aquisições de aparelhos de telefone compatíveis com VoIP. (Prazo: Dez/2022)

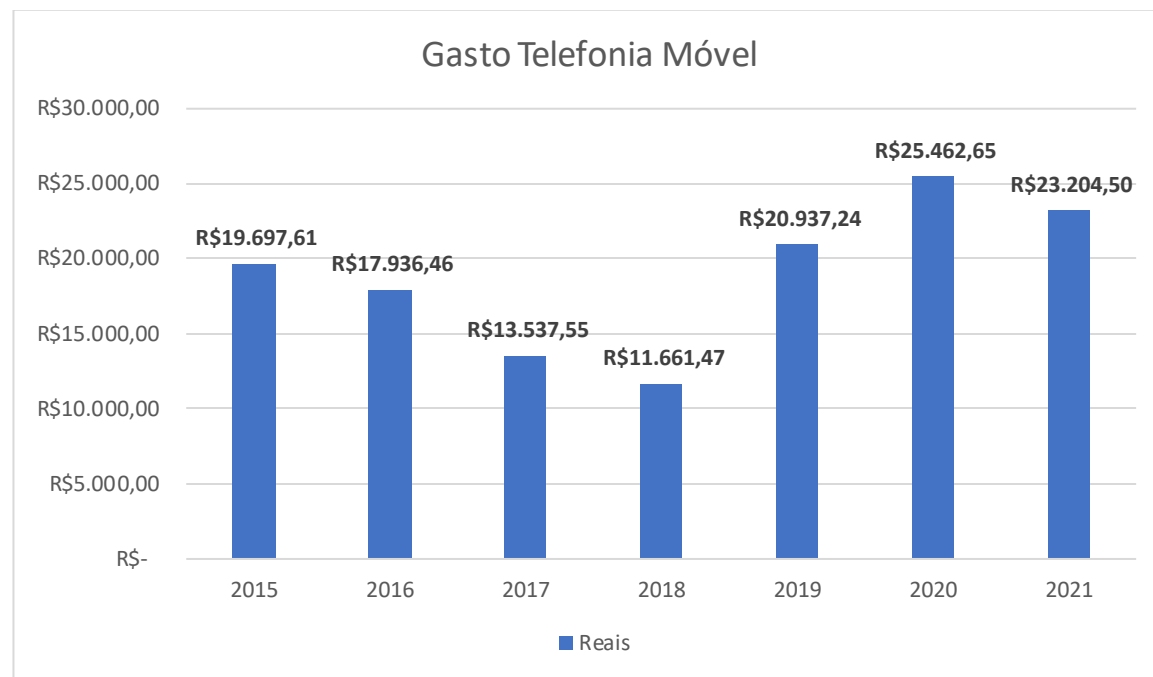
Ação em andamento. Em 2021, foram adquiridos 300 novos aparelhos VOIP/NEC, que permitiram acomodação do novo leiaute do TRF6, proporcionando a migração da tecnologia analógica para tecnologia VoIP/NEC nos prédios sede da JFMG em Belo Horizonte. Ainda não foi possível adquirir novos telefones compatíveis com VoIP para as Subseções Judiciárias, tendo em vista as restrições orçamentárias.

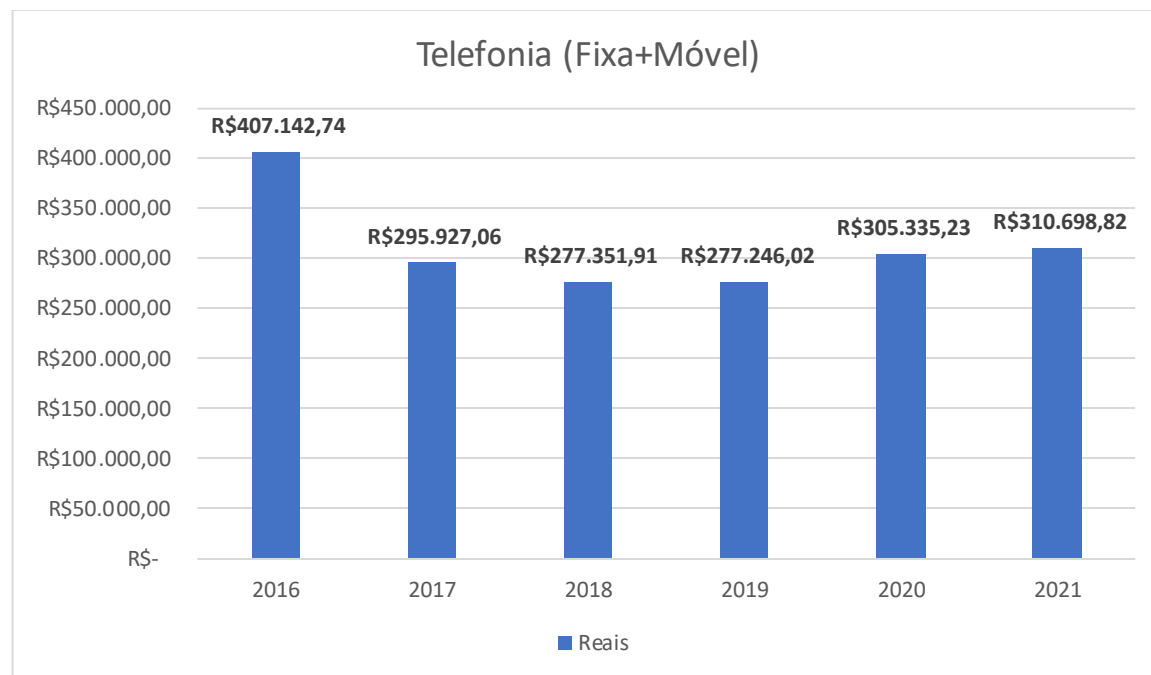
03. Realização de licitação para novo contrato de telefonia móvel.

Ação realizada. Foi assinado em janeiro de 2022 um novo contrato com a Claro, com custo fixo de R\$ 10 reais por linha, com ligações e serviços ilimitados. Foram habilitadas até o momento duas novas linhas.

Gráficos Telefonia Fixa e Móvel JFMG 2021:







Análise dos resultados de 2021:

Meta 5 – Não Alcançada

A meta era manter o gasto de 2020 até 2022, porém não foi alcançada, tendo em vista um aumento de 1,75662% em 2021, ou seja, R\$ 5.363,59 a mais. Foram feitos desvios nos ramais fixos para celulares, que tem tarifas mais altas, devido ao serviço de home office.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Ampliação da tecnologia VoIP para o interior.

TEMA 6 – ENERGIA ELÉTRICA

META 6 – Não ultrapassar o consumo de 5.000 Kw ao ano.

Ações propostas:

01. Modernização dos Elevadores.

Ação realizada. Foram executados os serviços visando reformar e modernizar os elevadores, em todos os aspectos possíveis: aumentando o nível de segurança para os usuários; valorizando o patrimônio; aumentando os benefícios relacionados à economia de energia; embelezamento da cabine; conforto para os usuários (partidas, viagens e paradas suaves); baixo nível de ruído na casa de máquina e passadiço (caixa do elevador) e melhor desempenho funcional. Além disso, os elevadores contam com identificação em braile para cada tecla. PA SEI n.0011503-50.2021.4.01.8008.

02. Instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica na SSJ Uberaba.

Ação realizada. Foi instalado o sistema de geração de energia fotovoltaica e entrou em funcionamento no dia 19/10/2021, após vistoria e aprovação da concessionária CEMIG, vide PA SEI n.0012375-36.2019.4.01.8008.

03. Implantação de energia solar em Uberlândia, (Prazo dez/22).

Ação estava em andamento e paralisou, considerando as restrições orçamentárias, em virtude da instalação do TRF6.

04. Revisar os quadros elétricos do ODC e do ERA, para que a iluminação possa ser individualizada (Prazo: 2020)

Ação parcialmente finalizada, ficando pendente a individualização dos comandos de iluminação do ODC.

Estamos em fase de levantamento para orçamento, mas devido às mudanças de layout que ocorrerão no Ed. ODC, para a implantação do TRF6, será necessário aguardar o layout definitivo para alterar os comandos de iluminação e fazer a sua individualização.

05. Avaliar a viabilidade de compra de energia renovável no mercado livre (Prazo: Dez/2021),

Ação não realizada. Não foi possível dar continuidade aos estudos relacionados à compra de energia renovável. A CEMIG poderá vender essa energia, mas como há concorrência no mercado, se a SJMG optar por comprar, talvez seja necessário licitar.

06. Impedir a “fuga” de energia elétrica (Prazo: Dez.2021),

Ação não realizada e arquivada.

07. Estudo teletrabalho x custos.

Ação não realizada. Tendo em vista a iminente instalação do TRF6, aguardaremos estudos/regulamentação pelo TRF6 ou pelo CNJ.

08. Prosseguir com a substituição de lâmpadas fluorescentes por iluminação LED.

Ação realizada. As lâmpadas fluorescentes foram substituídas em sua totalidade por lâmpadas de Led nas áreas comuns. Já as lâmpadas fluorescentes das unidades estão sendo trocadas por Led na medida em que queimam.

09. Reduzir quantidade de lâmpadas, mediante a medição da iluminação adequada para cada ambiente. (Prazo: 2º semestre 2020)

Ação não realizada e arquivada. Será avaliada a viabilidade de implantação em 2022, considerando as prioridades estabelecidas pelo TRF6.

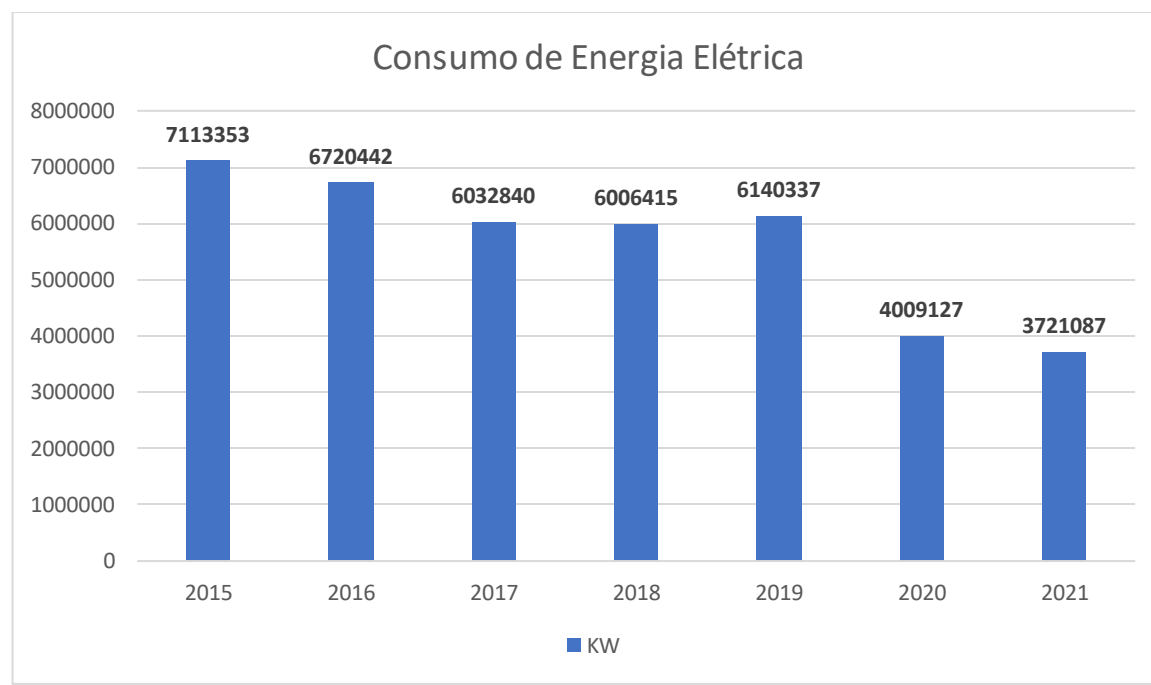
10. Destinar lâmpadas usadas. (Contínua)

Ação realizada. As lâmpadas são devidamente encaminhadas para descontaminação e destinação final adequada. Desde 2019 a SEMAD auxilia e orienta as Subseções do Estado a realizar a descontaminação das lâmpadas, zerando-se o estoque de lâmpadas queimadas no interior.

11. Campanha de conscientização sobre uso racional da energia elétrica.

Ação realizada e contínua. O acompanhamento mensal do consumo era monitorado e sempre que ocorria um aumento, a Subseção Judiciária era contactada, para que pudesse verificar a causa do aumento do consumo e se conscientizar sobre o consumo. Em 2022 será divulgada uma divulgação sobre dicas de economia.

Gráficos Energia elétrica JFMG 2021



Análise dos resultados de 2021:

Meta 6 – Alcançada

A meta de não ultrapassar o consumo de 5.000 Kw ao ano foi alcançada, tendo ocorrido uma diminuição de 7,18% no consumo de 2021, em relação a 2020.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Aquisição de energia por meio de fazendas solares.

TEMA 7 – ÁGUA E ESGOTO

META 7 – Não ultrapassar o consumo de 28.000 m³.

Ações propostas:

01. Instalação de descargas econômicas no AFP.

Ação não realizada. Aguardar definições quanto alteração de layout devido ao TRF6, visto que a instalação de novas descargas implica em uma contratação maior, pois haverá também a substituição da tubulação de ferro por PVC, o que configura um serviço de engenharia mais extenso e também gastos maiores.

02. Ampliação da instalação de torneiras com redutores de pressão.

Ação realizada. As torneiras com redutores de pressão foram instaladas nas áreas comuns nos três edifícios da seccional.

03. Capacitação de terceirizados de limpeza e copa - Reciclagem. (Contínua)

Ação realizada. Ações de qualidade de vida e saúde foram promovidas pela Seget e direcionadas exclusivamente aos funcionários terceirizados, com a participação do intérprete de libras, visando à inclusão dos funcionários terceirizados do Contrato N.54/2019, Feneis.

04. Campanha de conscientização sobre uso racional da água –

Ação realizada. Foi feita campanha para economia de água e de energia.

05. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Contínua)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da SJMG.

06. Avaliar a possibilidade de implantação de lavagem a seco dos veículos da SJMG em BH.

Ação não realizada, devido a restrições orçamentárias.

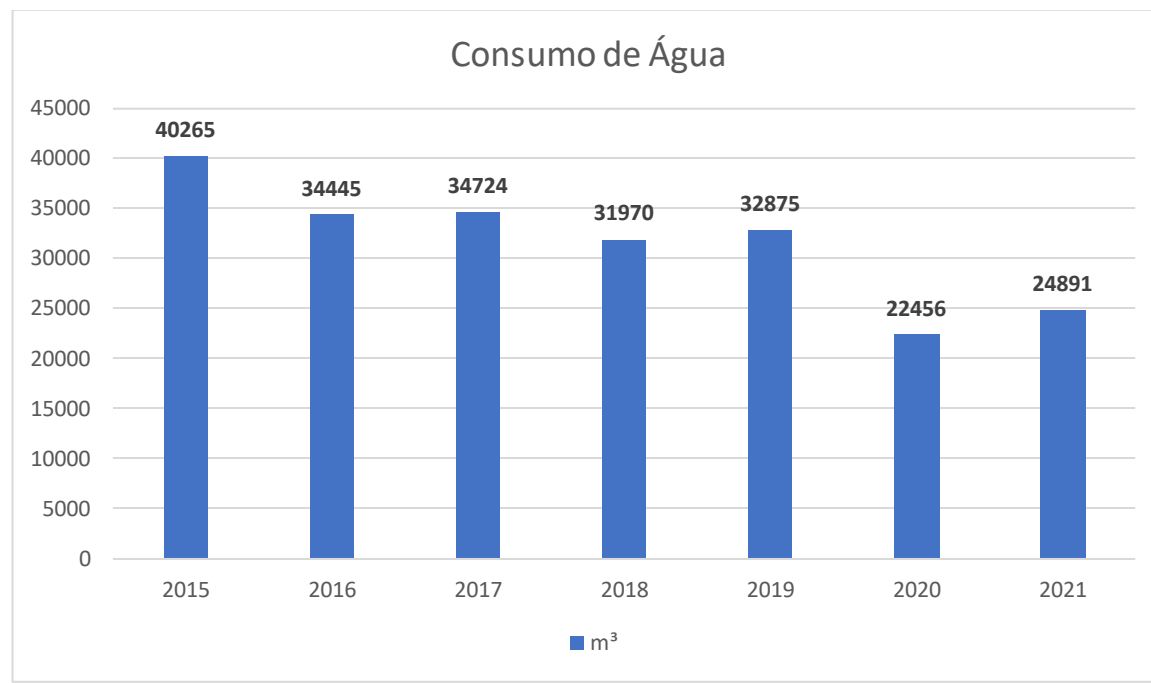
07. Estimular ações de racionalização de água nas Subseções.

Ação realizada. Acompanhamento mensal do consumo. Sempre que ocorria uma alteração significativa, a unidade era contactada, para que pudesse verificar o ocorrido, visando a redução dos gastos.

08. Hidrômetros digitais,

Ação não realizada. Necessária a realização de uma visita na COPASA para conhecer melhor o serviço. Não foi possível, considerando que a COPASA não está agendando reuniões em razão da pandemia.

Gráficos água e esgoto JFMG 2021:



Análise dos resultados de 2021:

Meta 7 – Alcançada

A meta de não alcançar o volume anual de 28.000 m³ foi alcançada. Em 2021, houve um aumento de 10,84%, em relação a 2020, considerando que houve retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial em algumas unidades da SJMG, e por consequência, funcionamento do ar condicionado.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Fixar meta de redução de consumo de água nas Subseções Judiciárias, sugerindo ações a serem implementadas.

TEMA 8 – GESTÃO DE RESÍDUOS

META 8 – Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.

Ações propostas:

01. Estimular coleta seletiva na SJMG.

Ação realizada- Foi encaminhado às Subseções um e-mail contendo todas as orientações para a implantação da coleta seletiva, tais como modelo de edital de habilitação e termo de compromisso. Além disso, foi enviada lista elaborada pelo Centro Mineiro de Resíduos Sólidos – CMRR com pelo menos o contato de uma cooperativa em cada cidade em que há Justiça Federal em Minas Gerais. Foi definido na reunião que será sugerido à Diref que encaminhe um ofício aos Magistrados das Subseções informando a necessidade de realizar a coleta seletiva e, sendo possível, estabelecer um prazo para implantação. Além disso, foi divulgado na Intranet notícia sobre a Coleta Seletiva (assinatura de contrato com Cooperativa em Belo Horizonte, bem como orientações sobre descarte correto), de forma a incentivar o recolhimento.

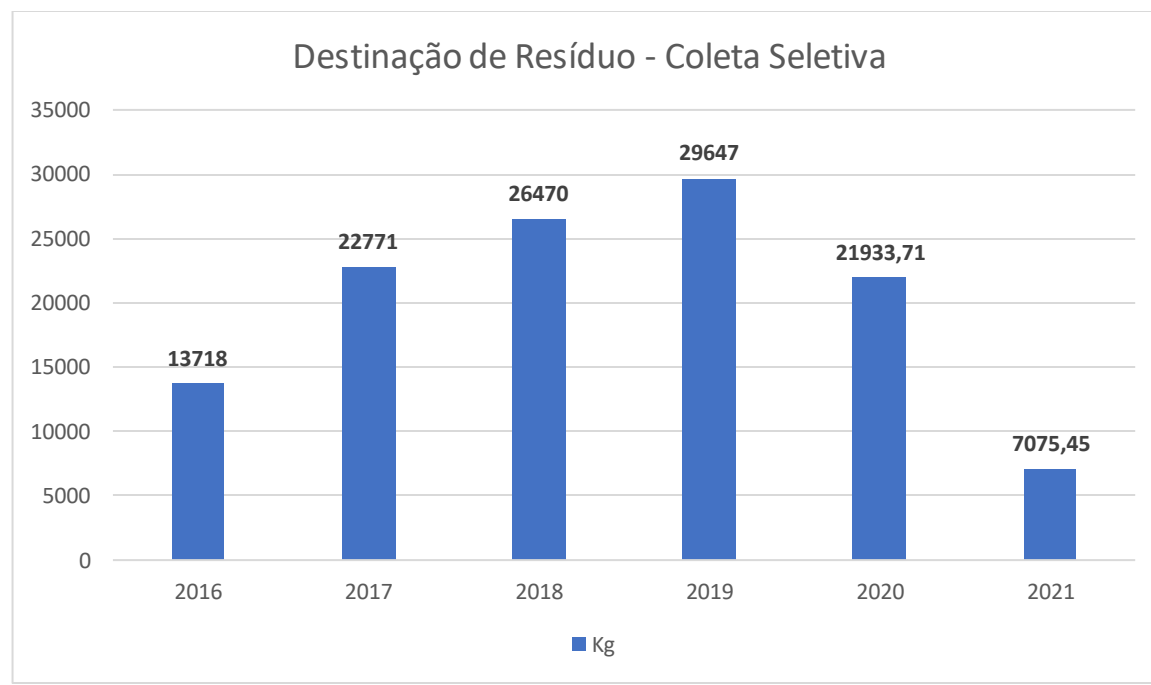
02. Campanha para recolhimento de eletrônicos. (Prazo dezembro 2022)

Ação não realizada, considerando o número reduzido de servidores/juízes/estagiários em trabalho presencial, o que dificulta uma campanha bem sucedida. Em 2022, será avaliada novamente.

03. Campanha para recolhimento de medicamentos vencidos. (Prazo dezembro 2022)

Ação não realizada, considerando o número reduzido de servidores/juízes/estagiários em trabalho presencial, o que dificulta uma campanha bem sucedida. Em 2022, será avaliada novamente.

Gráficos Gestão de Resíduos JFMG 2021:



Análise dos resultados 2021:

Meta 8 – Alcançada

A meta de destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado foi alcançada. No entanto, o volume dos resíduos coletados em 2022, foi o menor nos últimos 5 anos, considerando as restrições impostas pela COVID-19, A Coleta Seletiva ficou suspensa por diversos meses, pois os riscos de contaminação dos coletores foram considerados iminentes, bem como o trânsito de servidores ficou restrito nos prédios da JFMG.

No futuro, espera-se que a quantidade de lixo produzido caia, devido a recomendações de não geração e de reaproveitamento. No entanto, ainda há espaço para que o volume destinado aumente, pois há unidades em BH que ainda não aderiram aos coletores, e Subseções que não possuem cooperativa habilitada para recolhimento de recicláveis.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Realizar novos treinamentos/divulgação de conteúdo visando à manutenção e aprimoramento da coleta.

Estimular coleta seletiva na Sede e nas Subseções.

Divulgação de material sobre o descarte.

TEMA 9 – REFORMAS

META 9 – Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios 2021/2022 com reformas e mudanças de leiaute.

Ações propostas:

01. Otimizar custos para novos leiautes (Prazo dez/2021).

Ação não realizada.

02. Editar normativo referente alteração de leiaute (Prazo: 2021).

Ação não realizada. Será feito em 2022.

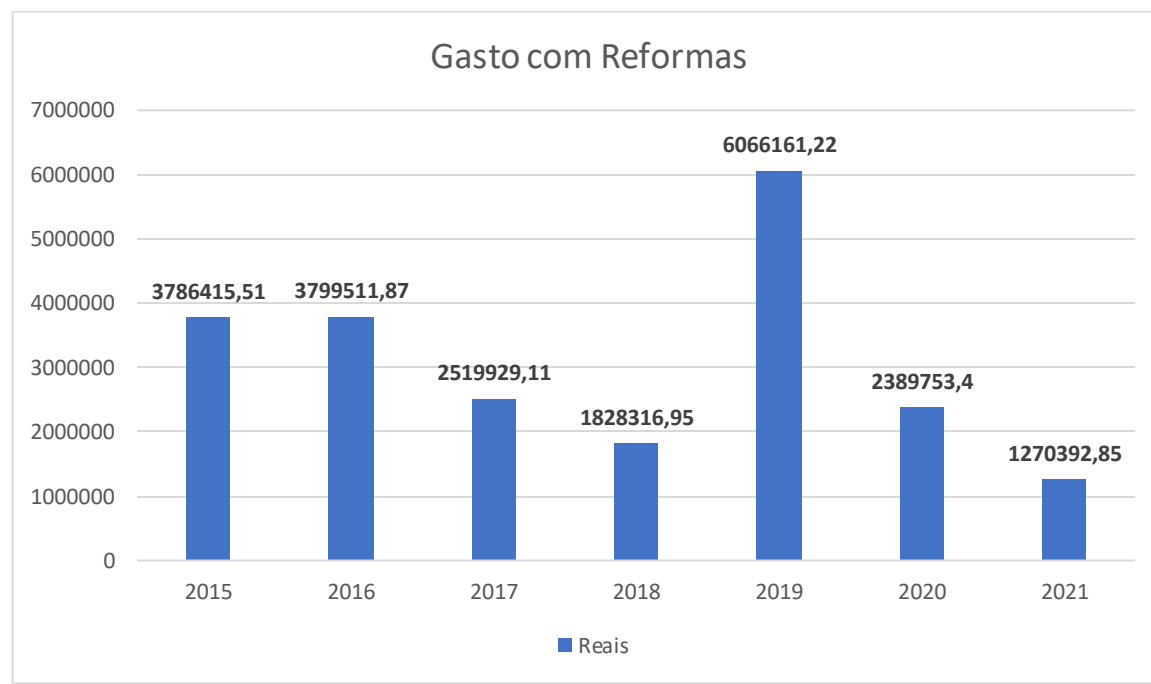
03. Incluir critérios de sustentabilidade nas obras e reformas.

Ação contínua. Obras e reformas continuam a ser licitadas com critérios socioambientais, tais como a separação e destinação de resíduos da construção civil, não contratação de menores de idade, segurança e saúde do trabalho, entre outros.

04. Projeto para a SSJ de Divinópolis com aproveitamento de água pluvial.

Ação em andamento. O projeto da nova sede já inclui a questão de aproveitamento da água. Projeto pendente de aprovação pela Prefeitura, bem como aguardando definições com dos novos projetos do TRF6.

Gráfico Reformas JFMG 2021:



Análise do indicador:

Meta 9 – Alcançada

Os critérios socioambientais são observados nas contratações de obras e reformas, tais como: Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05.07.2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19.01.2010.

Houve uma queda em relação aos gastos com reforma, comparativamente aos anos anteriores, tendo em vista as restrições orçamentárias.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Manutenção da inclusão de critérios de sustentabilidade nas obras e reformas.

TEMA 10 – LIMPEZA

META 10 - Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).

Ações propostas:

01. Contratação de limpeza unificada para o Estado (Prazo 2022)

Ação não realizada. Tendo em vista a iminente implantação do TRF6, será analisada em 2022.

02. Campanha para uso consciente dos itens fornecidos pela Contratada. Prazo 2022)

Ação realizada. Foi realizado treinamento pela empresa Planejar e pela Associação dos Surdos de Minas Gerais, com participação de 190 pessoas.

03. Capacitação para os terceirizados para melhor aproveitamento dos insumos de limpeza. Prazo 2022)

Ação realizada. Foi realizada capacitação pela Planejar, com participação de 80 pessoas.

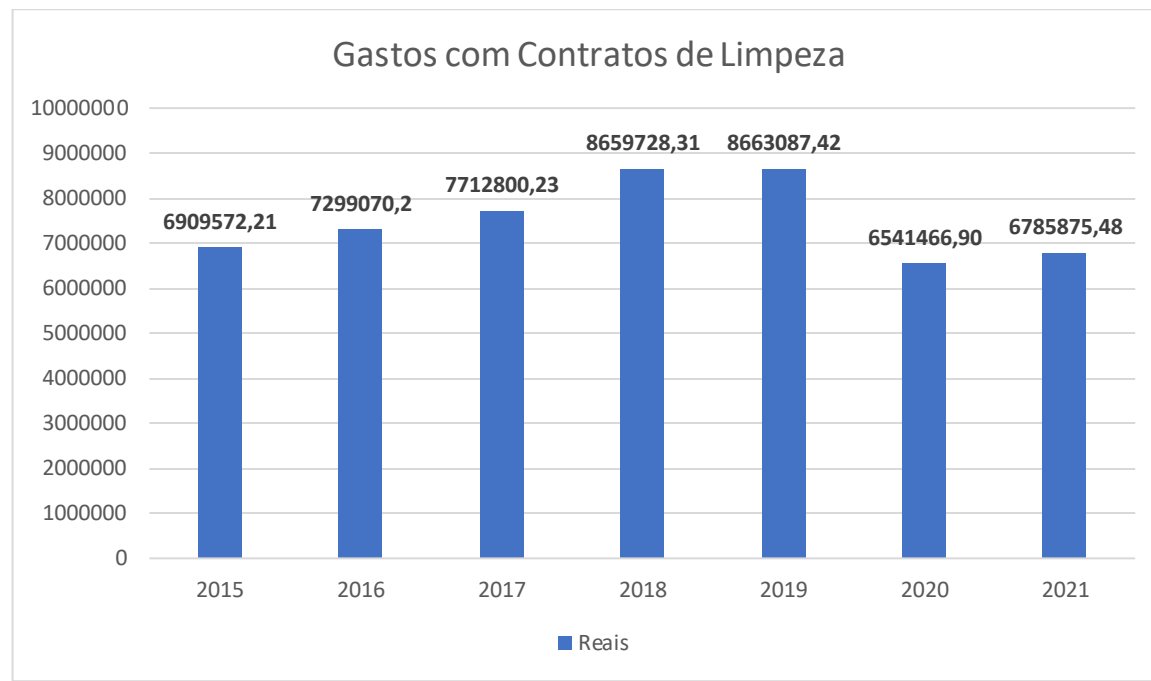
04. Estudo para verificação das caixas coletoras de coleta seletiva em BH. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação não realizada. Aguardando definições das instalações físicas para o TRF6 para verificar se todas as unidades terão recipientes de coleta seletiva.

05. Incluir nos contratos de limpeza a capacitação e sensibilização periódica das equipes de limpeza.

Ação contínua. Os Termos de Referência para a realização de novas licitações de conservação e limpeza possuem essa determinação.

Gráficos Contratos de limpeza JFMG 2021



Elementos de despesa: 339037-02 - Conservação e Limpeza e 339037-05 - Copeiragem

Análise dos resultados de 2021:

Meta 10 – Alcançada

A meta de não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019), foi alcançada.

Devido à pandemia do Covid-19 e o desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores, bem como os cortes contratuais, houve uma diminuição bem grande em 2020 e 2021, em relação aos anos anteriores.

De 2015 a 2019 percebe-se que o aumento verificado entre os anos se deve às repactuações, ou novas licitações que geraram novos contratos, às vezes com custo maior que o anterior. As repactuações foram realizadas observando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor. O mesmo índice é empregado para atualização dos custos com produtos de limpeza.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Avaliar consumo ideal de insumos para limpeza.

TEMA 11 – VIGILÂNCIA

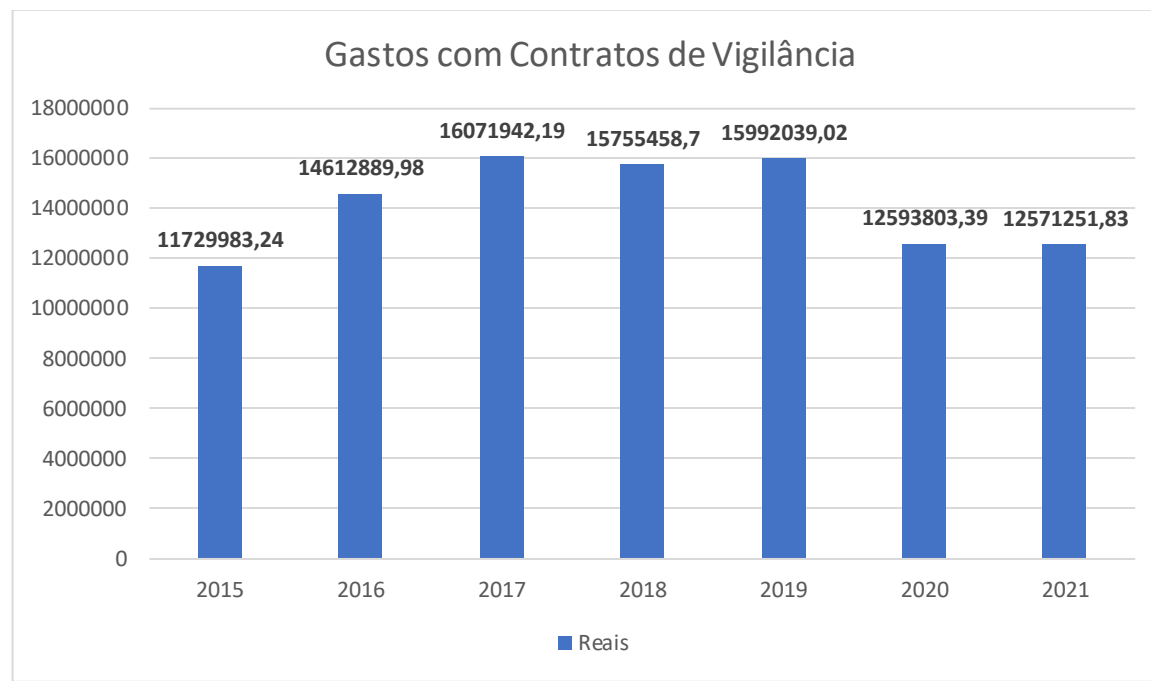
META 11 - Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2020).

Ações propostas:

01. Contratação de vigilância unificada para o Estado. (Prazo: Dez/2022)

Ação realizada. A contratação unificada está vigente desde novembro de 2021, conforme PA SEI n. 0026574-29.2020.4.01.8008.

Gráficos Contratos de Vigilância JFMG 2021



Análise dos resultados de 2021:

Meta 11 – Alcançada

A meta de não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2020), foi alcançada, ocorrendo, inclusive uma diminuição dos gastos em 2021.

Houve cortes contratuais em 2021, devido às restrições orçamentárias previstas para o referido ano, e alguns postos de vigilância foram eliminados.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Reavaliação do contrato devido à instalação do sistema de vigilância eletrônico - CFTV.

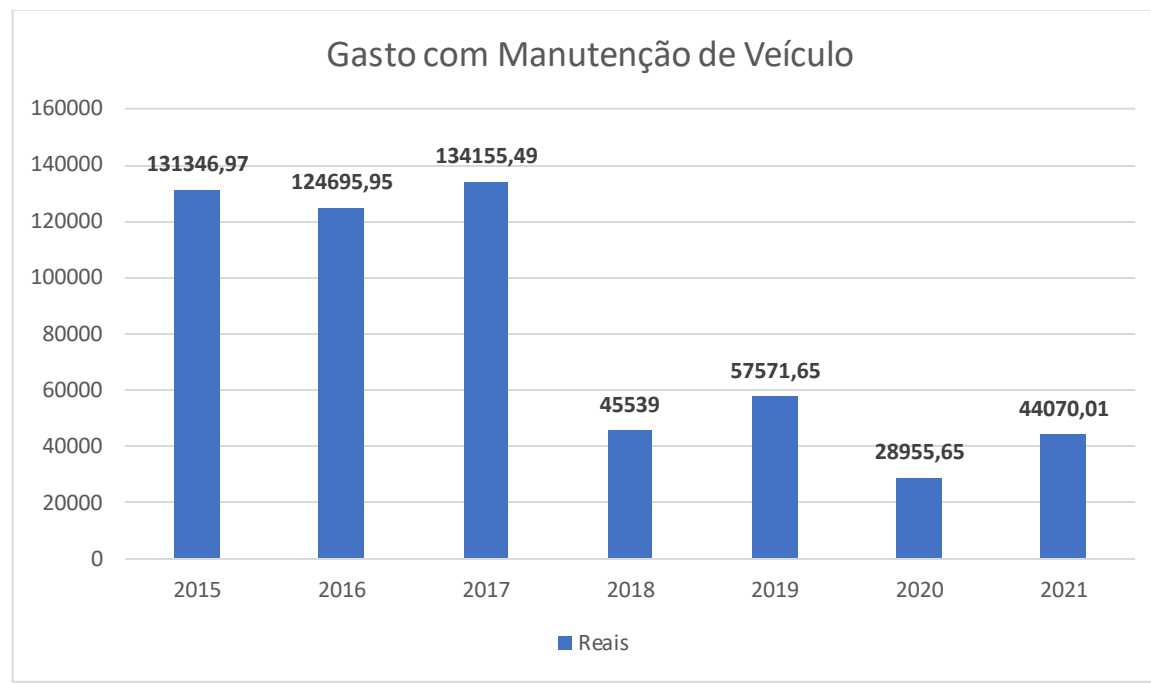
TEMA 12 – VEÍCULOS

META 12 - Não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 80.000,00).

Ações propostas:

01. Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos de combustível. (Prazo: 2022)
Ação realizada. A utilização de veículos de forma compartilhada é realizada, quando possível.

Gráficos quilometragem JFMG 2021:



Análise dos resultados de 2021:

Meta 12 – Alcançada

A meta de não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 80.000,00), foi alcançada. No entanto, em 2021 gastamos 52,20% a mais com manutenção do que em 2020, considerando que recebemos 12 veículos do STJ e eles tiveram que passar por uma revisão.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Aumentar o compartilhamento de carros.

TEMA 13 – COMBUSTÍVEL

META 13 - Não ultrapassar ao ano a média de quilometragem dos anos de 2019 e 2020 (160.000 km).

Ações propostas:

01. Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos de combustível

Ação contínua. A utilização de veículos de forma compartilhada é realizada, quando possível.

02. Priorizar o abastecimento dos veículos com etanol (Prazo Dez/2022).

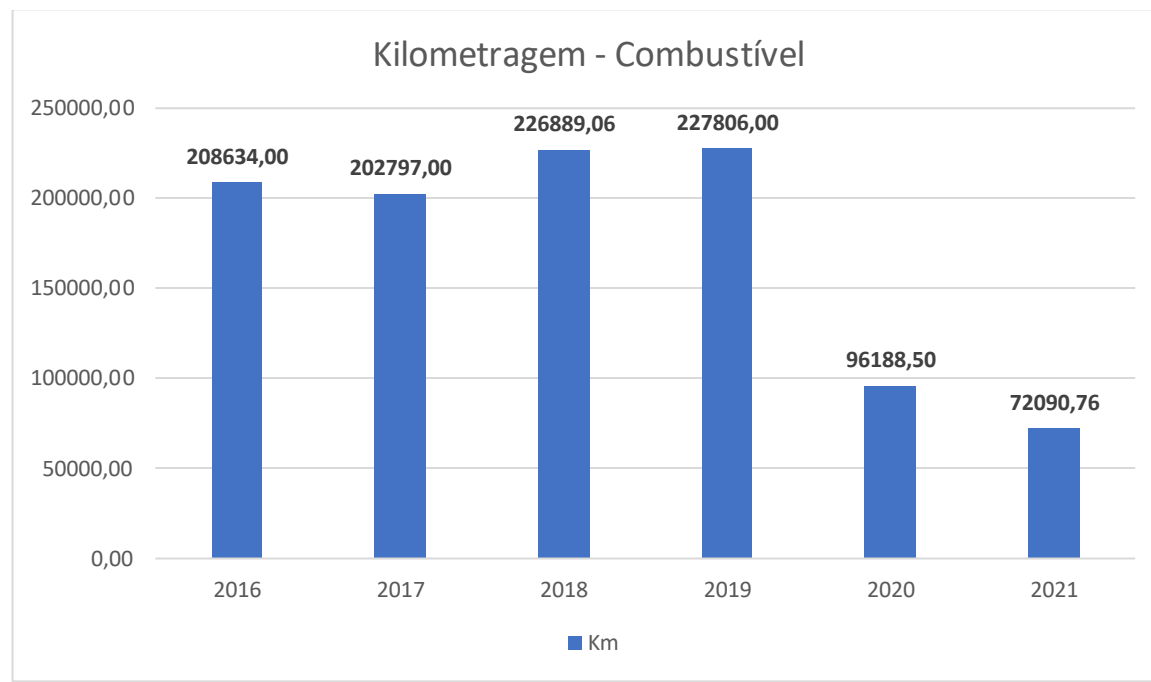
Ação contínua, o abastecimento com álcool é realizado sempre que possível.

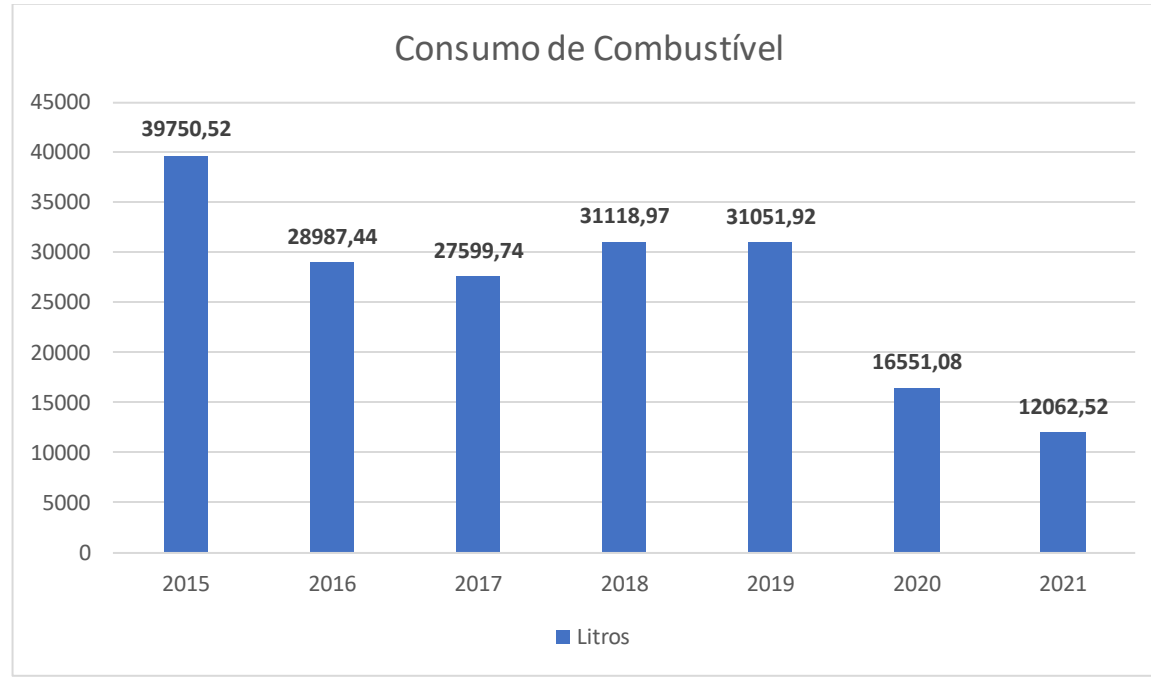
A partir de 1º de março de 2019, foi determinado pela auditoria que os carros produzidos a partir do ano de 2012 serão abastecidos com etanol, sempre que o preço do litro do etanol custar até 70% do litro da gasolina. O gráfico abaixo demonstra o resultado alcançado, ficando claramente demonstrado que em 2021 foi utilizado prioritariamente a gasolina e não o álcool.

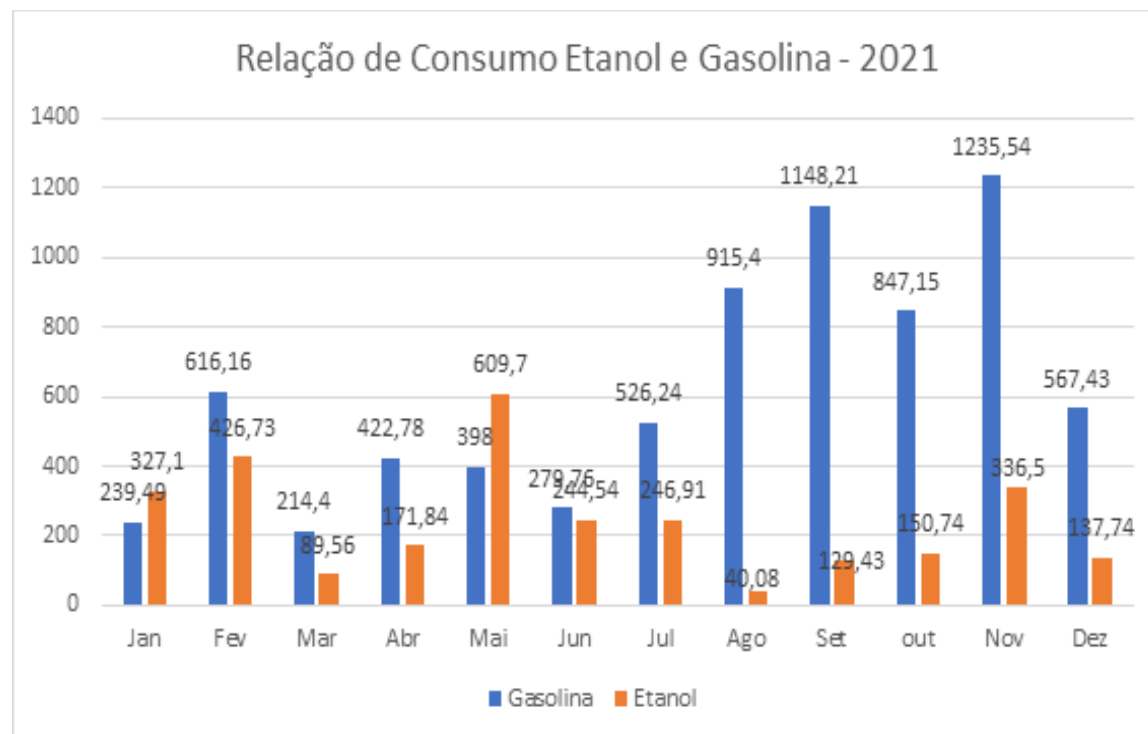
Possuímos uma frota de veículos com muitos carros já com elevado ano de fabricação, que comprovadamente não conseguem manter bom rendimento no combustível etanol (álcool), devido principalmente a possuírem fatores tecnológicos já ultrapassados. Também apresentamos outros fatores constatados, como maior desgaste de peças proveniente da utilização do combustível etanol.

Sendo assim, ficou definido que veículos com ano de fabricação inferior a 2012 deveriam manter o abastecimento na gasolina e veículos mais novos, com ano de fabricação a partir de 2012, deveriam privilegiar o abastecimento no etanol sempre que a relação gasolina x etanol estivesse dentro do patamar considerado recomendável, ou seja, o litro de etanol custando no máximo 70% do litro de gasolina. Este modelo adotado será objeto de análise futura para verificação de possíveis ajustes e melhorias.

Gráficos Combustível JFMG 2021:







Análise dos resultados de 2020:

Meta 13 – Alcançada

A meta de não ultrapassar ao ano a média de quilometragem dos anos de 2019 e 2020 (160.000 km) foi alcançada.

Em 2021 houve uma diminuição no número de viagens, tendo em vista o advento da pandemia Covid-19, com o consequente desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores, bem como pela otimização das viagens e utilização dos carros de forma compartilhada.

Cabe ressaltar que a partir de março de 2019 a SJMG privilegia o uso de etanol em detrimento do consumo de gasolina, quando o preço do etanol for até 70% do valor da gasolina, atendendo-se as recomendações ambientais.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Manutenção da recomendação de abastecimento com etanol

TEMA 14 – QUALIDADE DE VIDA

META 14 - Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020).

01. Ações ergonômicas (Contínua)

- Promover avaliação *in loco* nos postos de trabalho dos magistrados e servidores para adequação de mobiliário, equipamentos e layouts, fornecendo orientações aos usuários;
Ação realizada.

- Identificação, por unidade, do mobiliário inadequado para futuras destinações e substituições, ou aquisições de novos itens ergonômicos, conforme disponibilidade orçamentária da União.
Ação realizada.

- Estabelecer parceria com a SEFAS para a participação do NUBES nas ações de capacitação promovidas pela Seção, visando à sensibilização do corpo funcional quanto à necessidade de participação nas ações de saúde, do EPS, ergonômicas, entre outras.
Ação realizada.

Ação realizada.

- Fomentar a ginástica laboral através do suporte aos servidores que atuam como multiplicadores e às varas/núcleos que não contam com a figura do multiplicador, para auxílio na implantação da prática;

Ação realizada. Trata-se de iniciativa contínua. Em 2019 foi realizada palestra para os diretores de varas informando a necessidade das pausas.

- Divulgar a Cartilha de Ergonomia do TRF1;

Ação realizada. Em 2019 foi disponibilizada no Portal da JFMG, o NUBES criou um setorial específico para divulgação de todas as ações de saúde.

- Manter as práticas semanais de meditação e ginástica laboral, para alívio da tensão e estresse no trabalho.

Ação realizada. Trata-se de ação contínua.

02. Disponibilizar serviços continuados da saúde (Prazo Dez. 2022)

- Serviço continuado de atendimento médico a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

Ação realizada. Durante todo o ano é oferecido, de forma continuada, o serviço de atendimento médico a servidores e magistrados, para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

03. Ações de Saúde

Ações realizadas.

Ações com foco na promoção da saúde e prevenção de doenças, como vacinação contra a gripe H1N1 dos magistrados e servidores, medição de pressão arterial, ocular, glicose, acuidade visual, IMC (índice de massa corporal), realização da semana do servidor;

04. Promover ações de qualidade de vida (Prazo Dez.2022)

Ações realizadas.

05. Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis (Prazo Dez.2022).

. Ações realizadas.

06. Promover ações solidárias (Prazo Dez.2022)

Ações realizadas.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO - Não ocorreu a vacinação em 2021.

SEMANA DO SERVIDOR - No período de 25 e 28 de outubro, magistrados e servidores participaram de várias atividades programadas em comemoração à Semana do Servidor Público. A programação abrangeu palestras que foram transmitidas pelo Teams e abordaram os seguintes temas: 1) Dia 25.10.2021- Palestra "Transformando o trabalho em fonte de saúde", com duração de 1 hora e 30 minutos, ministrado pela profissional Cecília Xavier, objetiva acolher e acomodar os participantes no atual momento com o trabalho, conscientizando-os, principalmente, sobre as possibilidades que essa atividade nos traz como fonte de saúde, sentido e felicidade. 2) Dia 26.10.2021- Aula online "Como montar tábuas de frios do zero - combinações, técnicas e apresentação", pela profissional especialista em bem receber e montagem de mesas de frios, Nina Costa do canal À Mesa com a Nina, com duração de até 2 horas, utilizando recursos do PRO-BEM. Foi disponibilizado aos participantes, pela profissional, material *online*, e material de apoio em formato ebook, via *link*, personalizado, exclusivo para o evento, contendo 10 (dez) receitas de entradas frias práticas e versáteis. Além disso, informações sobre tábuas, frios, pães, frutas, queijos, charcutaria, flores de corte, flores comestíveis, azeites, geléias, compotas e ervas frescas. 3) Dia 27.10.2021, foi ministrada a palestra "Autoconhecimento e consumo consciente: como ter um guarda-roupa versátil e criativo que favoreça sua imagem pessoal" pela psicóloga, sexóloga e *coach* Andrea Aguiar, com duração de 90 minutos, sem custos para a JFMG. A atividade objetiva repassar para o público-alvo dicas valiosas sobre estilo e compras mais conscientes que garantam a montagem de um guarda-roupa versátil, prático, sem ter que gastar horas procurando o que vestir. O autoconhecimento é o ponto fundamental para garantir escolhas assertivas e aquisições que beneficiem cada corpo, estilo e a imagem que se quer comunicar. 4) Dia 28.10.2021, foi realizada a aula *online* "10 técnicas de Nível Master de Praticidade na cozinha com a Chef Paula Couri", com duração entre 2 e 3 horas, através de recursos do PRO-BEM, quando serão ensinadas técnicas que trarão mais praticidade para o dia a dia na cozinha. Na oportunidade, serão repassadas técnicas simples e fáceis de colocar em prática, visando trazer mais leveza à rotina dos participantes. A aula mesclou teoria e prática, com demonstração de como preparar algumas bases que dão mais agilidade na cozinha, além de técnicas exclusivas do método autoral criado pela profissional. Todos os alunos que participaram da aula ganharam o ebook "Praticidade Nível Master" com dicas e receitas práticas para o dia a dia.

As campanhas são desenvolvidas ao longo do ano com base no calendário nacional de saúde, e são destinadas a todos os servidores e magistrados.

Ações realizadas.

DIA DA MULHER - Em 11 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher foi realizada Aula *online* "Manutenção da saúde capilar e cuidados em casa".

DIA DO HOMEM - Em 23 de julho foi realizada uma aula online "Drinks com café".

CAMPANHA DO CORAÇÃO, CAMPANHA DO CÂNCER DE PELE - Não houve eventos.

- Implantação dos exames e consultas nas Subseções Judiciárias de Minas Gerais;

Ação parcialmente realizada. Até julho de 2019, o EPS foi implementado nas Subseções de Ipatinga e Varginha, por apresentarem rede credenciada mínima ao Pró-Social, e em Contagem, pela proximidade à capital mineira. A partir de julho, até que seja analisada pelo TRF1 a inclusão na tabela do EPS de um código para consulta com profissional clínico geral/médico do trabalho, para fins de emissão do respectivo atestado de saúde para o corpo funcional lotado no interior, as emissões das guias e autorizações de EPS para as Subseções Judiciárias de Minas Gerais foram suspensas.

- Disponibilização da médica do trabalho para atendimento ao EPS do corpo funcional lotado nos municípios do interior, com emissão das autorizações e guias de encaminhamento para os exames e consultas de acordo com o sexo, idade e exposição ocupacional, registro dos resultados em prontuário médico eletrônico e emissão do atestado de saúde ocupacional (ASO). A documentação será enviada por malote.

Ação parcialmente realizada. As autorizações e guias são disponibilizadas, no momento, somente para a Subseção Judiciária de Contagem, em decorrência da proximidade à Belo Horizonte.

05. Programa Saúde Bucal em Foco

- Abertura do consultório odontológico da Seccional para a realização de profilaxia em todos os magistrados e servidores interessados, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses entre os atendimentos;

Ação realizada. Trata-se de iniciativa contínua. No entanto, em 2021, devido à pandemia do COVID 19 os atendimentos foram reduzidos, mas continuaram a ser feitos com mais segurança e cautela entre um paciente e outro.

- Orientar e responder os questionamentos dos usuários quanto aos problemas de causa odontológica.

Ação realizada. Trata-se de iniciativa contínua.

06. Programa Saúde Mental em Foco/EPS

- A ação visa realizar o encaminhamento de pacientes dos Consultórios Assistencial e Odontológico ao Consultório Psicológico, para orientação e encaminhamento para tratamento, caso necessário.

Ação contínua. Desde 2019, foi realizada parceria com a SEFAS para treinamentos voltados para o clima organizacional, relações interpessoais, melhoria da comunicação na organização, dentre outras.

07. Incentivo a boas práticas

- Incentivar práticas sustentáveis e colaborativas, reconhecendo e premiando unidades de melhor desempenho dentro da Campanha de Consumo Consciente;

Ação não realizada. Estuda-se a possibilidade de premiar as unidades mais sustentáveis na mesma data em que será entregue o Selo Estratégia em Ação.

- Trocar experiências com outros órgãos para intercâmbio de boas práticas.

Ação realizada e contínua. A Justiça Federal realiza a troca de experiência com os órgãos que compõem a Rede Sustenta Minas.

08. Espaço de Bem-Estar e Convivência

O espaço foi criado na intenção de oferecer aos magistrados e servidores um lugar em que possam cuidar do corpo e da mente, contribuindo, assim, para o equilíbrio psicofísico e para o descanso tão necessário, impactando possivelmente na redução da taxa de absenteísmo decorrente de doenças e demais comorbidades típicas do excesso de trabalho e do estresse profissional.

Ação suspensa, considerando a pandemia Covid-19.

09. Programa Promoção de Saúde é Lei

- A implantação do Programa visa garantir maior efetividade às ações executadas pelo Núcleo de Bem-Estar Social, através do conhecimento das informações de saúde dos magistrados e servidores;

Ação realizada. Foi feita a análise dos dados de alimentação e saúde mental e ações foram direcionadas para as demandas levantadas.

- Aplicação de questionário de levantamento do perfil de saúde do corpo funcional e planejamento de ações direcionadas ao perfil levantado.

Ação realizada.

10. Programa Aposentadoria em Ação

- Preparar magistrados e servidores públicos federais para a aposentadoria, acolher e trazer os aposentados de volta à Instituição, bem como gerir os conhecimentos existentes na Organização.

Ação parcialmente realizada. Iniciativas foram feitas para acolher e trazer os aposentados de volta à instituição, como confecção de crachás, lista de e-mails para manter a comunicação e realização de passeio. No entanto, a gestão do conhecimento ainda não foi realizada de forma técnica e efetiva, necessitando-se de capacitação e recursos para implantação, o que também envolve o mapeamento de processos com a sua respectiva gestão.

- Criar, no contexto institucional da Seção Judiciária de Minas Gerais, um aparato formal (portarias, procedimentos), social e humanizado, com realização de ações que demonstrem valorização e agradecimento por parte da Instituição aos magistrados e servidores aposentados.

Ação realizada. Portaria foi regulamentada. Os servidores aposentados podem solicitar os crachás de acesso e o diploma de honra ao mérito foi entregue em 2019 com êxito no fechamento da semana do servidor.

11. Inclusão de pessoas com deficiência

- Manter as políticas de inclusão para pessoas com deficiência. (Prazo: ação contínua)

Ação realizada. Foi elaborado o Protocolo para recebimento de pessoa com deficiência em 2018 e a Cartilha Acessibilidade Para Todos em 2019. Manutenção do contrato de digitação com a Associação dos Surdos de Minas Gerais (ASMG).

12. Projeto Cinco Sentidos

- Projeto que visa parcerias entre instituições sociais e servidores da Justiça Federal, que queiram trabalhar como voluntários.

Ação realizada. Trata-se de ação contínua. Diversas ações continuam a ser realizadas pelos servidores voluntários do programa.

13. Bazar do Desapego

- Evento anual no qual doações são realizadas por servidores. Os produtos arrecadados podem ser adquiridos por outros servidores durante o bazar. A renda é revertida para instituições sociais

Ação realizada anualmente, porém em 2020 e 2021 não ocorreu, devido à Pandemia Covid-19.

14. Feira de Sustentabilidade

- Evento que ocorre simultaneamente ao Seminário de Sustentabilidade e visa a exposição de produtos ecologicamente sustentáveis.

Ação realizada anualmente, porém em 2020 e 2021 não ocorreu, por ocasião da pandemia Covid- 19.

15. Inclusão de refugiados na contratação de mão de obra terceirizada

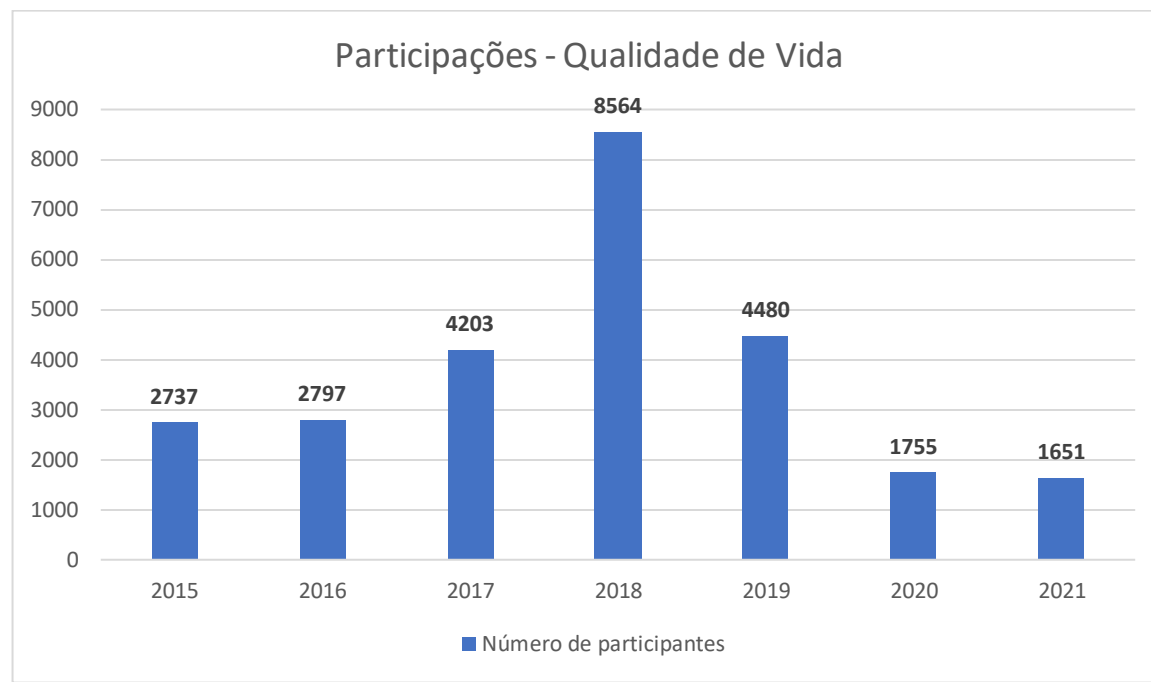
- A Empresa contratada para os serviços de conservação e limpeza emprega mão de obra de um projeto existente em Belo Horizonte que auxilia imigrantes
- Ação realizada. Foi realizado um Termo de Cooperação entre a JFMG e a contratada responsável pelo serviço de limpeza e conservação, a empresa Máxima Serviços e Obras. Os haitianos faziam parte de um projeto da cidade de Belo Horizonte – Centro Zanmi, instituição sem fins lucrativos. Temos 06 (seis) haitianas como serventes - conservação e limpeza.**

16. Ampliação do Programa ESAL

- Programa que visa à contratação de estagiários de nível médio que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Ação não realizada. O programa previa em sua portaria de implementação a destinação de 20 vagas para o estágio social. O número chegou a 25, no entanto, devido a restrições orçamentárias, reduziu-se novamente ao quantitativo previsto na implementação. Atualmente temos 13 vagas preenchidas, considerando o cenário atual da pandemia Covid-19.

Gráficos Qualidade de Vida JFMG 2021



Análise dos resultados de 2021:

Meta 14 – Não Alcançada

A meta de ampliar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020), não foi alcançada, faltando apenas 104 participações para alcance da meta.

Devido às restrições impostas pela COVID-19, as participações no Programa Qualidade de Vida diminuíram. No entanto, faltou muito pouco para alcance da meta, importante ressaltar que as participações ocorreram pelo Teams.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Manutenção das ações em saúde.

TEMA 15 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

META 15 – Promover ações de capacitação que sensibilizem 30 servidores ao ano até 31 de dezembro de 2022.

Ações propostas:

01. Promover ações de capacitação em sustentabilidade (Prazo Dez/2022).

Ação contínua.

A sustentabilidade permeou todas as ações de capacitações do exercício de 2021. Todas foram realizadas via teams/aplicativos de reunião o que permitiu economias da seguinte forma:

-Eventos que seriam realizados nas dependências da Justiça: economia de água, energia elétrica, coffee break, conservação, limpeza e vigilância, gastos com passagens e diárias de instrutores, valores das inscrições, contribuição para a diminuição de automóveis circulando com o deslocamento de servidores.

-Eventos que seriam realizados em outras cidades/Estados: Economia no pagamento de diárias e passagens para os servidores participantes, valores das inscrições. Tudo isso permitiu que toda a verba de capacitação fosse utilizada somente com as inscrições nos cursos e com um alcance maior de servidores beneficiados, tendo em vista que as inscrições foram estendidas para os servidores lotados no interior.

02. Realizar ação educacional sobre contratações e sustentabilidade (Prazo Dez/2021).

Ação realizada.

- 16º Congresso Brasileiro de Pregoeiros - 1 servidor - Processo: 0006526-15.2021
- Congresso Brasileiro de Agentes da Contratação - 1 servidor - Processo: 0006526-15.2021
- 3º Congresso de Assessoria Jurídica - Licitações e Contratos - 5 servidores - Processo: 0009104-48.2021
- Governança nas Contratações do Poder Judiciário - 4 servidores - Processo: 0013195-84.2021
- 5º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições - 1 servidor - Processo: 0024273-75.2021
- Elaboração de ETP, TR e Projeto Básico - 25 servidores - Processo: 0025909-76.2021
- Formação, Capacitação e Atualização de Pregoeiros, Equipe de Apoio e Novo Decreto - 9 servidores - 0037070-83.2021
- 2º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e Serviços - 11 servidores - Processo: 0037936-91.2021

03. Realizar novos treinamentos visando à manutenção e aprimoramento da coleta seletiva (contínuo)

Ação não realizada. Foi realizado treinamento em parceria com a SLU no dia 10 de abril de 2019 em duas etapas: manhã para terceirizados e à tarde para os servidores multiplicadores da coleta seletiva. No ano de 2020 e 2021 não foi realizado novos treinamentos, considerando o desenvolvimento do teletrabalho em virtude da pandemia.

04. Seminário de Gestão Estratégica e Sustentabilidade da Justiça Federal de Minas Gerais

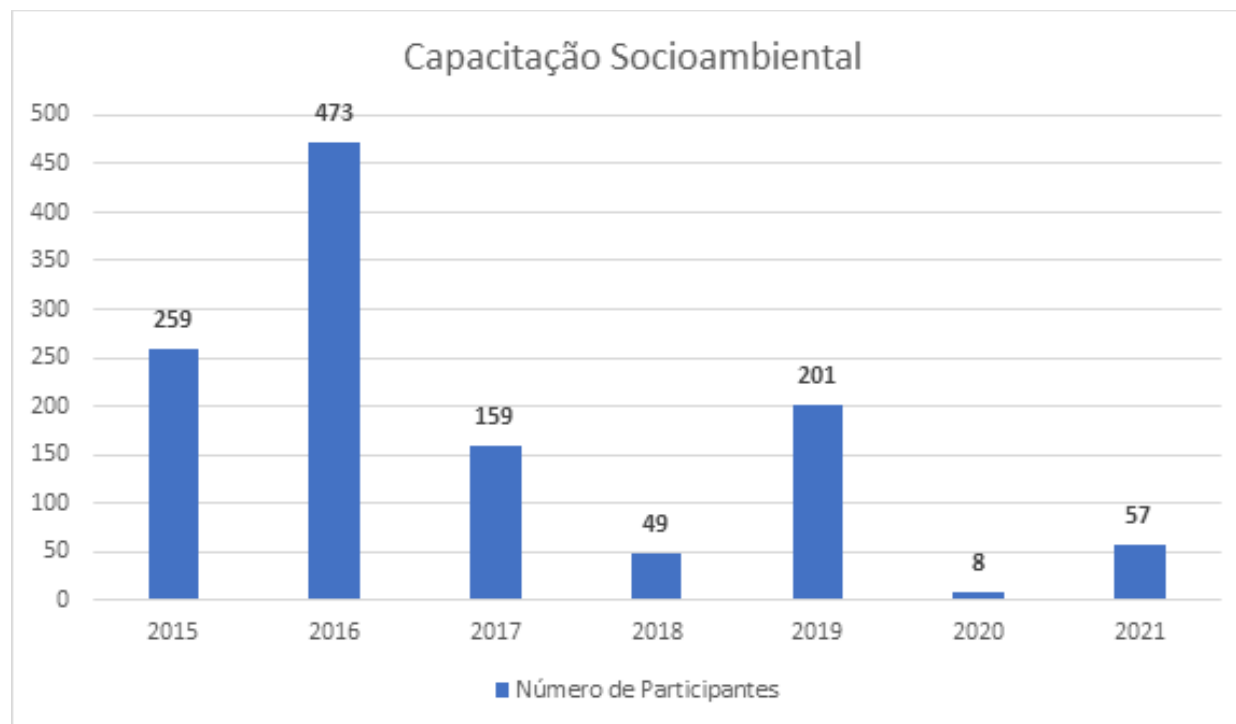
Ação não realizada. Realizada em 2019, não sendo repetida em 2020 e 2021. Em 22 de novembro de 2019 foi realizado o II Seminário de Gestão Estratégica e Sustentabilidade da Justiça Federal de Minas Gerais. As seguintes palestras foram ministradas: Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - desafios para implementação e seus reflexos no Poder Judiciário - Letícia Guimarães, especialista em Gestão da Sustentabilidade Corporativa; Painel “Boas Práticas no Cumprimento de Metas Estratégicas” - Ariane da Silva Oliveira, juíza federal titular da vara única da Subseção Judiciária de São João Del Rei – Selo Estratégia em Ação Diamante 2019, - Carlos Henrique Borlido Haddad, juiz federal da 3ª Relatoria da 2ª Turma Recursal de Belo Horizonte – Selo Estratégia em Ação Diamante 2019, e vídeo - Társis Augusto de Santana Lima, juiz federal titular da 2ª Vara de Governador Valadares – Selo Estratégia em Ação Diamante 2019; Inclusão Social e os resultados alcançados com o

Programa ESAL - Magda Coutinho, idealizadora da Associação Querubins; Projeto Cinco Sentidos e a Justiça Federal de Minas Gerais - Cássia Alves dos Santos Dias Ferreira, participante do Projeto 5 Sentidos. Concomitante ao Seminário foi realizada uma feira contendo cosméticos, roupas, livros, e alimentos sustentáveis.

- Palestra de Inclusão Social (prazo: 2020)

Ação realizada. A inclusão social foi tema de duas palestras no II Seminário de Planejamento Estratégico e Sustentabilidade: Projeto Cinco Sentidos e Projetos Querubins. A Seção Judiciária lançou em 2019 a cartilha “Acessibilidade para todos” e possui um “Protocolo para recebimento de pessoa com deficiência”. No entanto, não foi repetida em 2020 e 2021, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Gráficos Capacitação Socioambiental JFMG 2021



Análise dos resultados de 2021:

Meta 15 – Alcançada

A meta de promover ações de capacitação que sensibilizem 30 servidores ao ano até 31 de dezembro de 2022 foi alcançada com sucesso,

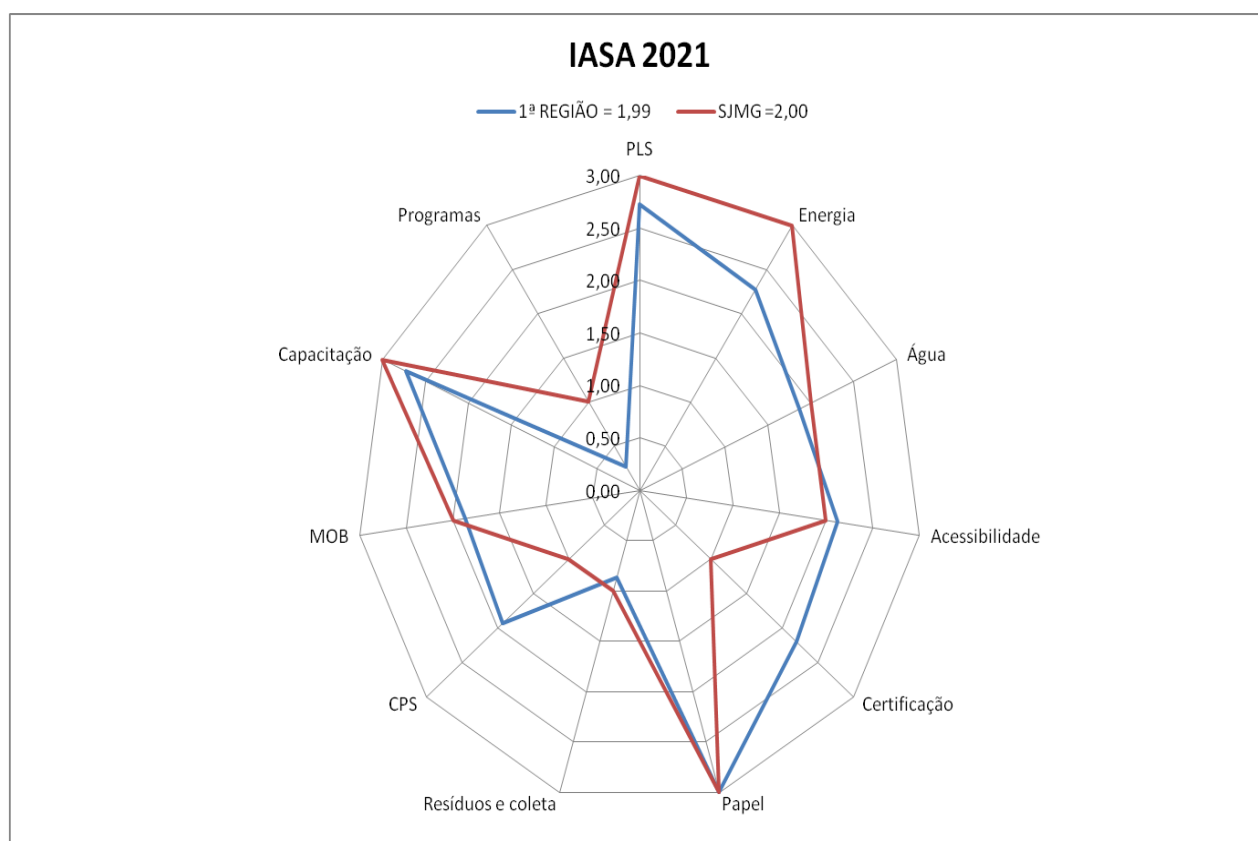
Em 2020 tivemos 8 participações e em 2021 tivemos 57 participantes, sendo a capacitação realizada pelo Teams.

É necessário o desenvolvimento de novas ações de capacitação com a temática socioambiental na Seção Judiciária de Minas Gerais, principalmente frente a difícil tarefa de mudar a cultura da instituição, pois o tema da sustentabilidade ainda não atinge grande parte do corpo funcional.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Seminário de Sustentabilidade.

ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA



O IASA é um índice desenvolvido pelo TCU para avaliar a gestão da sustentabilidade da Administração Pública Federal, abrangendo 11 temas: 1 – PLS – Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); 2 – Energia – Racionalização no uso de energia elétrica; 3 – Água – Racionalização no uso de água; 4 – Acessibilidade – Atendimento a requisitos de acessibilidade; 5 – Certificação – Certificação de prédios públicos; 6 – Papel – Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; 7 – Resíduos e coleta – Gestão de resíduos e coleta seletiva; 8 – CPS – Contratações Públicas sustentáveis; 9 – MOB – Mobilidade e gases de efeito estufa; 10 – Capacitação – Conscientização e capacitação; e 11 – Programas – Adesão a programas de sustentabilidade.

O IASA da Seção Judiciária de Minas Gerais está demonstrado no gráfico abaixo:

	1ª REGIÃO = 1,99	SJMG =2,00
PLS	2,73	3
Energia	2,27	3
Água	1,87	2
Acessibilidade	2,12	2
Certificação	2,20	1
Papel	3,00	3
Resíduos e coleta	0,87	1
CPS	1,93	1
MOB	1,87	2
Capacitação	2,73	3
Programas	0,27	1
IASA TOTAL	1,99	2,00

A SJMG reduziu o IASA de 2,09 em 2019 para 1,89 em 2020, tendo aumentado para 2,00 em 2021. O aumento deveu-se principalmente quanto à Energia (de 2 aumentou para 3) e Acessibilidade (de 1,8 aumentou para 2).

A SJMG ficou com média superior à do TRF 1ª região, com notas inferiores somente nos tópicos Acessibilidade, Certificação e CPS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatório apresentado, e a partir das análises realizadas, verifica-se que o desempenho da Justiça Federal de Minas Gerais é bastante promissor. É possível afirmar que a JFMG está pautando sua gestão em critérios socioeconômicos e ambientais, e no princípio da economicidade.

META 2 - Copos Descartáveis - A meta era manter o consumo de 2020 em 2021, porém não foi alcançada, tendo ocorrido um aumento de 85 centos de copo, tendo em vista as perícias médicas e mutirões nas Subseções Judiciárias. Dentre as Subseções com maior consumo de copos, podemos citar: Ipatinga, Patos de Minas, Teófilo Otoni e Unaí.

META 5 – Telefonia - A meta era manter o gasto de 2020 até 2022, porém não foi alcançada, tendo em vista um aumento de 1,75662% em 2021, ou seja, R\$ 5.363,59 a mais. Foram feitos desvios nos ramais fixos para celulares, que tem tarifas mais altas, devido ao serviço de home office.

META 14 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho - A meta de ampliar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020), Não foi alcançada, faltando apenas 104 participações para alcance da meta. Devido às restrições impostas pela COVID-19, as participações no Programa Qualidade de Vida diminuíram. No entanto, faltou muito pouco para alcance da meta, importante ressaltar que as participações ocorreram pelo Teams.

Cumprir observar que as metas não foram atingidas em razão de situação excepcional, qual seja, a Pandemia do Covid-19 e consequente desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores a partir de março de 2020 até o final do ano de 2021.

O cumprimento de 100% do Plano de Logística Sustentável é meta do Planejamento Estratégico desde 2018. A Justiça Federal de Minas Gerais cumpriu 80% do PLS em 2020.

As restrições orçamentárias do ano de 2021, bem como o teletrabalho permitiram a economia de vários itens previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, no entanto, não foi possível a realização de algumas ações que dependiam de verba e de servidores presencialmente trabalhando para sua execução.

O PLS é ferramenta de planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na administração pública, permitindo uma administração pública cada vez mais eficiente, trabalhando com foco na gestão de custos e racionalização de recursos materiais e naturais.

Com a implantação das ações propostas no PLS espera-se contribuir para uma mudança de cultura na Justiça Federal, pautada pela gestão de custos, consumo consciente, gestão adequada dos resíduos, combate ao desperdício e respeito ao meio ambiente.